

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ALISON DIEGO DE ABREU TEIXEIRA**

**EVIDENCIAÇÃO DE ACIDENTES AMBIENTAIS: um Estudo nos Passivos das  
Empresas do Segmento de Exploração e/ou Refino, do Sub-Sector de Petróleo,  
Gás e Biocombustíveis, Registradas na Bovespa.**

**SOUSA/PB  
NOVEMBRO - 2010**

**ALISON DIEGO DE ABREU TEIXEIRA**

**EVIDENCIAÇÃO DE ACIDENTES AMBIENTAIS: um Estudo nos Passivos das Empresas do Segmento de Exploração e/ou Refino, do Sub-Sector de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Registradas na Bovespa.**

n

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> MSc. Thaiseany de Freitas Rêgo.

**SOUSA/PB  
NOVEMBRO – 2010**

TEIXEIRA, Alison Diego de Abreu.

Evidenciação de Acidentes Ambientais: um Estudo nos Passivos das Empresas do Segmento de Exploração e/ou Refino, do Sub-Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Registradas na Bovespa. Sousa/PB: UFCG/CCJS, 2010.

65 p.

Monografia para Conclusão de Curso (graduação de Ciências Contábeis) Universidade Federal de Campina Grande / Centro de Ciências Jurídicas e Sociais.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> MSc. Thaiseany de Freitas Rêgo.

1. Evidenciação Contábil 2. Meio Ambiente 3. Setor Petrolífero

**ALISON DIEGO DE ABREU TEIXEIRA**

**EVIDENCIAÇÃO DE ACIDENTES AMBIENTAIS: um Estudo nos Passivos das Empresas do Segmento de Exploração e/ou Refino, do Sub-Sector de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Registradas na Bovespa.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup>. MSc. Thaiseany de Freitas Rêgo (Orientadora)

---

Prof. Msc. Luiz Gustavo de Sena Brandão Pessoa - Examinador

---

Prof. Msc. Marconi Rodrigues - Examinador

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: Evidenciação de Acidentes Ambientais: um Estudo nos Passivos das Empresas do Segmento de Exploração e/ou Refino, do Sub-Sector de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Registradas na Bovespa, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

Alison Diego de Abreu Teixeira  
Autor

Dedico este trabalho aos meus pais: Ana Maria de Abreu Teixeira e José Wilson Teixeira (in memoriam), pelo grande incentivo que me deram durante esta caminhada difícil dedicada aos estudos.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me concedido a força de vontade para enfrentar esses grandes desafios.

Aos meus pais Ana Maria e Jose Wilson (in memorian), pela educação e pelos valores ensinados que me fizeram chegar ate esta etapa da minha vida.

Aos meus irmãos Alexandre e Anderson, pelo apoio e confiança depositados em mim.

Obrigada em especial, a minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> MSc. Thaiseany de Freitas Rêgo, por sua atenção, paciência e competência para comigo, principalmente pelas valiosas sugestões para meu conhecimento científico.

Aos meus amigos Leandro Ferreira, Flavia Julia, Ayala Melo, Bruno Anderson, Helder Celeste, Alysson Henrique, Wagner Rodrigo, Erivan Soares e a todos os meus familiares, colegas, professores meus sinceros agradecimentos pelo apoio e incentivo e contribuição no decorrer da realização deste trabalho.

“Julgue seu sucesso pelas coisas que você teve que renunciar para conseguir”.

Dalai Lama



## RESUMO

A contabilidade ambiental surge com responsabilidade de contabilizar e evidenciar os prejuízos causados pelas empresas quando da elaboração do produto ou prestação de um serviço, e também para auxiliar na tomada de decisões estratégicas que reduzam essa problemática. Uma vez que, as empresas não se preocuparam com os prejuízos que suas atividades possam causar ao meio ambiente, nem com a degradação pelo uso dos recursos naturais. Com isso, os relatórios ambientais fornecem aos usuários informações que fazem referência a transparência empresarial na divulgação de seu desempenho ambiental, por sua vez, observa-se que esses procedimentos ainda são pouco adotados pelas empresas. As empresas analisadas foram: Brasil Ecodiesel Ind. Com. Bio. Ol. Veg. S.A.; Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras e a Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A. Obtendo-se como resposta, a falta de transparência dessas empresas sobre o retorno de seus investimentos com o meio ambiente. Uma vez que, não evidenciam seus passivos ambientais nos demonstrativos contábeis. Apenas a Petrobras, evidencia o Balanço Social no seu Relatório Administrativo, com investimentos ambientais sobre sua Receita Operacional de até 5,49%, estando relacionados à produção da empresa e a projetos externos. A Empresa Brasil Ecodiesel afirma possuir passivos ambientais, mas que não são relevantes para serem evidenciados. Diante do exposto, pode-se afirmar a ineficácia dessas empresas na definição e divulgação de metas reais de sustentabilidade no qual, poderia ajudar para a redução dos níveis de poluição emitidos pelas atividades dessas refinarias.

**Palavras-chaves:** Evidenciação Contábil. Meio Ambiente. Setor Petrolífero.

## ABSTRACT

The bookkeeping environmental appears with responsibility of accountancy & make evident the losses caused by companies when from elaboration of the product or installment by one service , and also about to auxiliary on taken of decisions strategic what reduces this problematic. Once what, the enterprises were preoccupied at losses that his activities could cause to the environment, not even with the degradation for the use of the natural resources. With that, the environmental reports supply with the users informations that make reference to business transparency in the spread of his environmental performance, for his time, it is noticed that these proceedings are still little adopted by the enterprises. The companies were analyzed: Brazil Ecodiesel Ind. With. Bio. Ol. Veg. S. A. ; Petroleum Brazilian S. A. Petrobras and the refinery of oils Manguinhos S. A. Getting-as an answer, the lack of transparency of these companies on the return of their investments with the environment. The Enterprise Brazil Ecodiesel affirms to have environmental liabilities, but that they are not relevant to be shown up. Before the exposed one, it is possible to affirm the ineffectiveness of these enterprises in the definition and spread of real marks of sustainable in which, it might help for the reduction of the levels of pollution when they were given out by the activities of these refineries.

**Words-keys:** Accounting Evidence. Environment. Oil producing sector.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	11
1.1	Delimitação do tema e problemática .....	11
1.2	Objetivos.....	12
1.2.1	Objetivo Geral .....	12
1.2.2	Objetivos Específicos .....	13
1.3	Justificativa .....	13
1.4	Procedimentos metodológicos .....	15
1.4.1	Classificações da pesquisa .....	15
1.4.2	Procedimentos de coleta de dados.....	16
1.4.3	Universo da pesquisa .....	17
1.4.4	Instrumento de coleta de dados.....	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1	Contabilidade Ambiental .....	19
2.1.1	Gestão ambiental .....	22
2.1.2	Acidentes ambientais .....	24
2.2	Evidenciação Contábil .....	27
2.2.1	Formas de evidenciação.....	28
2.2.2	Informações contábeis obrigatórias .....	29
2.2.3	Informações contábeis voluntárias .....	31
2.3	Itens ambientais .....	33
2.3.1	Passivo ambiental .....	33
2.3.2	Custos ambientais.....	35
2.3.3	Despesas ambientais .....	36
3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	38
3.1	Análise da Brasil Ecodiesel Ind. Com. Bio. Ol. Veg. S.A. ....	38
3.2	Análise Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A. ....	41
3.2	Análise Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras .....	43
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
	REFERÊNCIAS .....	52
	ANEXOS .....	56

## **1 INTRODUÇÃO**

Para Iudícibus e Marion (2002) a contabilidade é uma ciência social cujo objetivo consiste em fornecer informações que serão úteis a todos os usuários, sejam os mesmos internos ou externos, auxiliando na tomada das decisões.

Nesse sentido, a contabilidade ambiental surge com responsabilidade de contabilizar e evidenciar os prejuízos causados pelas empresas quando da elaboração do produto ou prestação de um serviço, e também para auxiliar na tomada de decisões estratégicas que reduzam essa problemática.

Contudo, as organizações mensuram apenas seu crescimento econômico e financeiro, não apresentando as informações de caráter ambiental, atualmente necessárias para o acesso dos usuários.

Para Tinoco e Kraemer (2006) a degradação ao meio ambiente provocada direta ou indiretamente pelas empresas e sociedade, acaba por forçar os profissionais da área contábil a evidenciar informações ambientais em seus demonstrativos, de modo que os usuários de tais elementos tenham acesso sobre a situação patrimonial e financeira.

Segundo Ribeiro (2005), a contabilidade ambiental não auxilia apenas na tomada de decisão pelos gestores, mas na condução de medidas que contribuam com preservação do meio ambiente, em consequência o desenvolvimento econômico sustentável das empresas.

Contudo, as organizações mensuram apenas seu crescimento econômico e financeiro, não apresentando as informações de caráter ambiental, atualmente necessárias para o acesso dos usuários. Com isso, a preocupação com a degradação e racionalização ambiental é atualmente foco de discussões entre organizações, que por sua vez, têm papel fundamental na prevenção, recuperação e reciclagem.

### **1.1 Delimitação do tema e problemática**

Para Carvalho (2007, p. 42), "o comportamento da sociedade e a forma de as empresas lidarem com a natureza tem sofrido alterações ao longo das últimas décadas, principalmente em decorrência da mudança de valores, de conhecimentos e crenças sobre o assunto".

Entende-se que essas alterações são reflexos do reconhecimento da sociedade nas últimas décadas, quanto à capacidade de gerenciar os recursos ambientais. Tinoco e Kraemer (2008, p. 35) afirmam que:

O impacto da espécie humana sobre o meio ambiente tem sido comparado por alguns cientistas às grandes catástrofes do passado geológico da Terra. A humanidade deve reconhecer que agredir o meio ambiente põe em perigo a sobrevivência de sua própria espécie, e pensar que o que está em jogo não é uma causa nacional ou regional, mas a existência da humanidade toda. É a vida que está em jogo. Podemos conceber um ecossistema sem o homem, não podemos encontrar o homem sem algum ecossistema.

Diante disso o estudo busca evidenciar as informações contábeis relacionadas às ações ambientais realizadas pelas empresas, do segmento de Exploração e/ou refino, do sub-setor de Petróleo, gás e bicomcombustíveis, registradas na BOVESPA, bem como nos acidentes ambientais vinculados na mídia entre os anos de 2005 e 2009.

Para isso é direcionado o seguinte questionamento: Como as empresas do segmento de Exploração e/ou Refino, registradas na BOVESPA evidenciam os acidentes ambientais através dos seus passivos?

## **1.2 Objetivos**

### *1.2.1 Objetivo Geral*

Descrever como as empresas do segmento de Exploração e/ou Refino, registradas na BOVESPA evidenciam os acidentes ambientais através dos seus passivos.

### 1.2.2. *Objetivos Específicos*

- Identificar quais empresas do segmento de Exploração e/ou Refino divulga suas informações ambientais na BOVESPA;
- Investigar quais acidentes ambientais vinculados ao segmento de Exploração e/ou Refino foram expostos na mídia, entre os anos de 2005 e 2009;
- Examinar o que as empresas do segmento de Exploração e/ou Refino evidenciam em termos de itens ambientais;
- Observar quais os instrumentos utilizados pelo segmento de Exploração e/ou Refino no processo de evidenciação de itens ambientais.

### 1.3 **Justificativa**

As empresas ao evidenciarem informações ambientais, além da questão da responsabilidade, ética, e respeito com o meio ambiente, estarão assumindo uma posição de vanguarda, que poderá trazer bons resultados quanto ao uso dos recursos naturais (renováveis e não-renováveis), como consequência (CARVALHO, 2007).

Paralelamente a isso, tem se observado na mídia a abordagem de assuntos voltados aos acidentes e/ou episódios desagradáveis causados ao meio ambiente pelas empresas, o que nem sempre acaba sendo evidenciado de forma adequada nos instrumentos de evidenciação contábil.

Atualmente os acidentes ambientais ligados a exploração de petróleo tem causado uma preocupação os ambientalistas, o Poder Público e a sociedade, principalmente devido as dificuldades de controle quando de sua ocorrência, junto a rios e oceanos, o que tem exigido das empresas um maior comprometimento e responsabilidade com a questão ambiental.

Como pioneiras, as empresas de capital aberto com ações negociáveis na BOVESPA passaram a investir em novas tecnologias, de modo a amenizar as degradações causadas pelas suas atividades fins, por sua vez, essas ações nem sempre se mostram como suficientes para evidenciação de itens ambientais (CARVALHO, 2007).

Ante ao exposto, observa-se a necessidade de elencar informações pertinentes aos problemas ambientais, de modo a alertar sobre os fatores sociais. Para tanto, fez-se necessário extrair informações da BOVESPA de modo a compará-las com os casos apresentados na mídia em termos de acidentes ambientais, de modo a verificar se as empresas evidenciam sobre suas atitudes em relação ao meio ambiente.

A escolha do tema deve se a relevância dos acidentes ambientais envolvendo principalmente indústrias petrolíferas, responsáveis por derramamentos de óleo em rios e oceanos ocasionados pela exploração desses recursos. Nesse sentido, a busca por uma consciência ambiental representa um fator importante para o auxílio ao estímulo necessário ao desenvolvimento de atitudes de responsabilidade ambiental na sociedade.

Assim, mostra-se interessante o estudo dos registros contábeis, na medida em que se pode divulgar a situação atual sobre as informações contidas no passivo ambiental, elaboradas pelas empresas, de modo a atender as necessidades dos usuários internos e externos.

Por sua vez, a indústria Petrolífera representa um segmento de importância estratégica para o desenvolvimento econômico e industrial do país (BRANDÃO, 1999), haja vista que o mesmo acaba por incorrer em riscos ambientais, oriundos do refino de petróleo, dos tratamentos químicos usados para eliminar ou modificar as propriedades indesejáveis associadas à presença das diversas contaminações que o óleo bruto apresenta e que podem contaminar o meio ambiente.

Sob esse entendimento, verifica-se que a realização de estudos dessa natureza torna-se necessário, como um processo de transparência perante a sociedade, investidores, governos e todo o público de interesse. De acordo com o JORNAL GAZETA DO POVO (2010), a Petrobras manteve o primeiro lugar na lista das maiores empresas de capital aberto da América Latina em volume de vendas (Econômica), bem como que a estatal petrolífera brasileira registrou vendas de US\$ 104,9 bilhões em 2009.

## 1.4 Procedimentos metodológicos

### 1.4.1 Classificações da pesquisa

O presente estudo iniciou-se com leitura de artigos, bibliografias e revistas relacionados à evidenciação e a contabilidade ambiental. Posteriormente, selecionou-se materiais que tratam sobre a questão da evidenciação dos demonstrativos contábeis que tratam dos acidentes ambientais ocorridos no momento a exploração de petróleo.

Para tanto, o presente estudo restringe-se as empresas segmento de Exploração e/ou Refino, do sub-setor de Petróleo, gás e bicombustíveis, predominando a natureza qualitativa, por não ter sido utilizado técnicas e ferramentas estatísticas, pois este estudo buscou identificar, conceituar e interpretar os casos relacionados ao fenômeno estudado.

Para Silva e Menezes (2001), há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números e não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

Nesse estudo foram adotados procedimentos do tipo bibliográfico e documental de modo encontrar solução ao presente estudo. Diante desses procedimentos Gil (1991) define:

- Pesquisa Bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet;
- Pesquisa Documental: quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico.

A pesquisa bibliográfica permite construir a fundamentação teórica do estudo, que pode ser consultada em publicações de revistas, livros, jornais, teses e outros. Já na pesquisa documental a mesma procura aprofundar seus estudos em algo pouco explorado por pesquisadores, posicionando-se sobre o assunto abordado.



Gil (2002) menciona que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de um determinado problema, analisando a influência mútua das variáveis.

O estudo incorpora o aspecto qualitativo, por gerar a possibilidade de interpretações dos dados coletados e identificados, bem como compreendendo e classificando os processos dinâmicos vividos por determinados grupos sociais em estudo.

Com relação aos objetivos, a pesquisa pode ser considerada como descrita. Silva e Menezes (2001) mencionam que a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno e bem como o estabelecimento de relações entre variáveis, utilizando-se da coleta de dados ou qualquer forma de levantamento ou observação no estudo. Já para Andrade (1999), a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los.

#### *1.4.2 Procedimentos de coleta de dados*

Para o presente estudo foram necessárias informações relacionadas aos acidentes ambientais vinculados na mídia (internet, revistas, televisão e jornais), entre os anos de 2005 e 2009, bem como das informações extraídas das demonstrações e relatórios contábeis.

Dessa maneira, constata-se que para a realização da pesquisa fez-se necessário observar a análise documental das empresas do segmento de Exploração e/ou Refino, do sub-setor de Petróleo, gás e bicomcombustíveis, dos seguintes instrumentos:

- Balanços Patrimoniais (BP);
- Demonstrações de Resultados dos Exercícios (DRE);
- Notas explicativas (NE);
- Relatórios da Administração (RA).

Por sua vez, o presente estudo buscou realizar um levantamento quanto à evidenciação de passivos ambientais relacionados aos acidentes vinculados na mídia, entre os anos de 2005 e 2009.

### 1.4.3 Universo da pesquisa

O universo da pesquisa incide sobre as empresas listadas na Bovespa, com relação aos acidentes ambientais das mesmas divulgados nos passivos ambientais e na mídia (internet, jornais e revistas), de modo a analisar se esses acontecimentos são evidenciados com clareza e veracidade nas demonstrações e relatórios contábeis disponíveis na BOVESPA, entre os anos de 2005 e 2009.

Diante disso, verifica-se que o objeto de investigação do referido estudo compreende as empresas do segmento de Exploração e/ou Refino, como pode ser observado no Quadro 1:

**Quadro 1 – Empresas listadas na BOVESPA do Segmento de Exploração e/ou Refino**

<b>EMPRESA</b>	<b>NOME DE PREGÃO</b>
Brasil Edodiesel Ind. Com. Bio. Ol. Veg. S.A.	Ecodiesel
OGX Petróleo e gás participações S.A	OGX Petróleo
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	Petrobras
Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.	Pet Manguinh

Fonte: Informações extraídas do site da BOVESPA.<sup>1</sup>

Essas empresas trabalham na exploração e/ou refino direto de elementos extraídos do meio ambiente. Observa-se que o petróleo juntamente com o gás natural (subproduto da extração), representa as fontes de energia mais utilizadas na maioria dos países, haja vista que, as operações dessas empresas petrolíferas envolvem fases de sondagem, perfuração, cimentação, extração, transporte, refino, distribuição e descarte.

Algumas operações dessas organizações são especificamente marítimas e na maioria das vezes atuam diretamente com o meio ambiente, o que tem provocado acidente com o derramamento de óleo nos oceanos e rios. Segundo Mariano (2005), o consumo na forma de combustíveis é responsável pela maior parte da poluição atmosférica atribuída ao sub-setor.

Por sua vez, cabe frisar que dentre as empresas em destaque a OGX Petróleo e gás participações S.A., não irá configurar como objeto de estudo, tendo em vista que sua principal atividade consiste na participação em outras empresas, e não na exploração ou refino direto de elementos extraídos do meio ambiente.

<sup>1</sup> <http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>

#### 1.4.4 Instrumento de coleta de dados

No balanço patrimonial de uma empresa pode ser incluído, através de cálculos estimativos, o passivo ambiental, ou seja, os danos ambientais gerados pelas atividades das organizações, no qual, são demonstradas as aplicações de recursos que objetivem a recuperação do ambiente, bem como investimentos em tecnologia de processos de contenção ou eliminação de poluição.

Diante disto, observa-se que as atividades relacionadas com a exploração e o refino são potenciais geradores de grandes impactos ambientais. Assim, o instrumento utilizado no processo de coleta de dados foi elaborado com base em Tinoco e Kraemer (2004), no qual observa elementos tais como:

- Passivo ambiental: é uma estimativa de perda do potencial de benefícios da operação provocada por causas ambientais.
- Custo ambiental: são os gastos em função da preservação, redução ou eliminação das causas que geram impactos ambientais.
- Despesa ambiental: são os gastos com a recuperação e reparação de danos causados ao meio ambiente.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004), a identificação do passivo ambiental está sendo muito utilizada em avaliações voltadas a questão das negociações de empresas e privatizações, pois a responsabilidade e a obrigação da restauração ambiental podem recair sobre os novos proprietários.

Além disso, o passivo ambiental não precisa estar diretamente vinculado aos balanços patrimoniais, podendo fazer parte de um relatório específico, discriminando-se as ações e esforços desenvolvidos para a eliminação ou redução de danos ambientais.

Contudo, a coleta de dados será realizada através da observação simples ou assistemática dos itens ambientais em relação aos acidentes vinculados na mídia, conforme pode ser observado no instrumento de coleta.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Contabilidade Ambiental

O comportamento do mercado e o acréscimo na demanda pela rapidez na tomada de decisões vêm indicando que a contabilidade acaba por ser utilizada como fonte de informação, que de acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p. 19), observa:

O registro, a acumulação, a mensuração, a avaliação, bem como a divulgação das atividades e operações das empresas, dos governos e das organizações em geral são feitos pela Contabilidade, desde há muito tempo, de forma sistêmica, através de demonstrações contábeis.

A contabilidade enquanto ciência social tem por objeto o patrimônio das entidades e sua finalidade, entre outras, consiste em prestar informações que auxiliem o controle gerencial e a tomada de decisões.

Neste sentido, Marion (2005, p. 26), define contabilidade como “o instrumento que fornece o máximo de informações para tomada de decisões dentro e fora da empresa”. Para Crepaldi (2008, p. 5) a “Contabilidade é o método econômico-administrativo de apuração do resultado da gestão da azienda e do controle de seu patrimônio”.

Dessa forma, compreende-se que a Ciência Contábil representa um método comum de comunicação nos negócios e que indica uma das principais ferramentas de auxílio na administração, bem como no desenvolvimento das entidades.

Acredita-se que os primeiros registros contábeis ocorreram a cerca de 6.000 anos a.C. na região do Egito, e segundo Tinoco e Kraemer (2008), o surgimento da Contabilidade foi no Oriente, especialmente na China, na Índia, no Egito, e também na Grécia, ocorrendo paralelamente com o aprendizado e o desenvolvimento da aritmética e da matemática.

No Brasil a contabilidade surgiu da necessidade de registro dos fatos patrimoniais das empresas, por sua vez, apenas em 1945, com a publicação do decreto Lei n.º 78.938 foi estabelecido o ensino da Contabilidade no Brasil (CREPALDI, 2008). O referido decreto

dividiu o ensino contábil em dois níveis: o médio, para formar técnicos de contabilidade, e o superior, para formar Bacharéis em Ciências Contábeis e Atuariais.

Nesse sentido, Niyama (2007, p.1), destaca que os principais passos foram:

- a) obrigatoriedade de as companhias abertas terem suas demonstrações contábeis auditadas por auditores independentes;
- b) publicação da Circular nº. 179/72 pelo Banco Central do Brasil, padronizando a estrutura e forma de apresentação das demonstrações contábeis das companhias abertas;
- c) influencia da escola norte-americana de contabilidade com o início do estudo sobre princípios contábeis e a promulgação da Lei nº. 6.404/76 sob esta influência.

Assim, a contabilidade busca o aprimoramento e inovação na medida em que as entidades necessitam de informações especializadas. Diante disso, observa-se que a criação de ramificações como a contabilidade ambiental, representa um resultado significativo não só para a Ciência Contábil.

Nesse sentido, a contabilidade ambiental vem trazer um detalhamento da contabilidade financeira, visando à questão da mensuração e evidenciação das informações ambientais em relatórios específicos ou nas próprias demonstrações contábeis (MARION e COSTA, 2007), uma vez que, a Gestão Ambiental abrange uma série de atividades que devem ser administradas, assegurando que a empresa esteja em conformidade com as leis ambientais, além de, criar programas de prevenção a poluição e de monitorar o programa ambiental da empresa.

Estima-se que a contabilidade ambiental tenha surgido nos anos 70, quando algumas organizações passaram a direcionar suas atenções para a possível escassez de recursos naturais (TINOCO E KRAEMER, 2006).

Ante ao exposto, Paiva (2003, p. 9) comenta que:

os países de primeiro mundo, depois de terem degradado praticamente todo seu meio ambiente, iniciaram o processo de controlar os processos de industrialização, assim como de recuperar o meio ambiente degradado, passando a desenvolver o controle sobre os processos produtivos e suas emissões de resíduos.

Por sua vez, percebe-se que a contabilidade sobre o aspecto ambiental surge quando a degradação parece não ter mais controle e as fontes de recursos naturais estão quase escassas. Maior (2001, p. 1), afirma que:

a idéia de fazer uma contabilidade ambiental dentro das empresas, ou seja, medir gastos e recursos para a produção de bens de consumo veio com a crise do petróleo, em 1974, quando o produto chegou a um altíssimo custo e estava em escassez. Diz ainda que parece que, na época, as pessoas entenderam que não é porque uma matéria-prima é um recurso natural que ela vai durar para sempre.

Para Ribeiro (2005), em 1996 o Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON)<sup>2</sup> publicou o Normas e Procedimentos de Auditoria (NPC 11), que estabeleceu os liames entre a contabilidade e o meio ambiente, além de incubi-la de participar dos esforços em favor da defesa e proteção contra a poluição, as agressões à vida humana, e a natureza.

Ribeiro (2005) enfatiza ainda que para completar, esse documento recomendava que as demonstrações contábeis e os relatórios da administração refletissem as diretrizes ecológicas adotadas pela empresa, as quais deveriam se ajustar a um novo mundo, no qual metas ambientais, além das econômicas, terão de ser alcançadas rigorosamente.

A contabilidade ambiental surge então como a responsável pela contabilização de benefícios e prejuízos causados por uma organização na elaboração de um produto ou na prestação de um serviço trazidas para o meio ambiente, podendo ser também ações elaboradas estrategicamente para redução ou escassez dessa problemática, buscando com isso à avaliação de procedimentos relativos ao meio ambiente e ações que venham causar riscos ao patrimônio da empresa e ao próprio ecossistema.

Para Ferreira (2003, p. 59) a contabilidade ambiental:

é o resultado da necessidade de oferecer informações adequadas as características de um gestão ambiental, não referindo-se a uma nova contabilidade, mais um conjunto de informações que relatam adequadamente, em termos econômicos as ações de uma entidade que modifiquem seu patrimônio.

---

<sup>2</sup> Atual Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Para Paiva (2003), a contabilidade ambiental não deve divulgar a quantificação monetária das ocorrências ambientais, deparando-se com o problema de mensuração da evolução econômica de uma empresa, levando-se em conta sua relação com a natureza, a evolução histórica e a parametrização para comparação com seu setor.

Entende-se que as empresas devem mensurar e contabilizar os benefícios e prejuízos obtidos mediante a produção ou prestação de serviços, que tenha causado ao meio ambiente, ainda que direta ou indiretamente degradem o ecossistema, a informação desses demonstrativos e o principal meio de evidenciar veracidade de uma gestão ambiental.

Segundo Kraemer (2007), a contabilidade ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os seus efeitos na posição econômica e financeira que reporta tais transações, cuja implementação depende da definição de uma política contábil que considere a segregação dos itens relativos aos impactos ambientais das atividades da empresa no meio ambiente, prevendo, por exemplo, que os custos ambientais devem ser apresentados de forma segregada, desdobrados em itens de natureza operacional e não-operacional, e em itens recorrentes e extraordinários.

### *2.1.1 Gestão ambiental*

As organizações preocupavam-se apenas com um processo produtivo eficaz e eficiente, em que as mesmas não levavam em conta o contexto de um crescimento ecologicamente consciente. Assim, a necessidade da implantação por parte das organizações, de um planejamento estratégico e operacional fez com que essa gestão ambiental fosse necessária e compatível com os objetivos das empresas.

Para Tinoco e Kraemer (2006, p. 109):

Gestão ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental, fazendo com o que a empresa minimize ou elimine os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades.

Ainda de acordo com Tinoco e Kraemer (2006), a gestão ambiental configura-se como a forma pela qual a organização se mobiliza, interna e externamente, para a conquista da

qualidade ambiental desejada, consistindo em um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de uma atividade.

Braga (2007, p. 14) comenta que:

em um conceito mais amplo, portanto, gestão ambiental significa incorporar a gestão estratégica da organização princípios e valores que visem ao alcance de um modelo de negócio focado no desenvolvimento sustentável.

Para Ferreira (2003) o processo de gestão ambiental leva em conta todas aquelas variáveis de um processo de gestão, tais como estabelecimento de políticas, planejamento, plano de ação, alocação de recursos, determinação de responsabilidades, decisão, coordenação, controle, entre outros, visando o desenvolvimento sustentável.

Observa-se que o desempenho ambiental tem se mostrado importante tanto para as organizações, quanto para a sociedade. Neste sentido, Calixto (2009) menciona que a responsabilidade social é estimulada por um diálogo contínuo entre a organização e seus fatores internos e externos, possibilitando que a consciência ambiental esteja incluída nas tomadas de decisão das empresas.

Diante disto, foi criado em Genebra, em 1947, uma organização não-governamental denominada International Organization for Standardization (Organização Internacional para Normalização – ISO), que conforme trata Valle (1995), se tornou o fórum internacional de normalização para facilitar as trocas internacionais de bens e serviços.

O Brasil participa dessa organização através da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que é uma associação privada sem fins lucrativos, e que na década de 90, desenvolveu normas que tratam sobre a questão ambiental, de modo a padronizar os processos das empresas que utilizam recursos extraídos da natureza e/ou causassem algum dano ambiental decorrente de suas atividades (ISO 14000).

O objetivo do ISO 14000 consiste em fornecer assistência para as organizações na implantação ou no aprimoramento de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), sendo consistente com a meta de Desenvolvimento Sustentável e compatível com diferentes estruturas culturais, sociais e organizacionais, mundialmente (VALLE, 1995).

Ainda de acordo com Valle (1995) para conseguir e manter o certificado ISO 14000, a organização precisa seguir a legislação ambiental do país, treinar e qualificar os funcionários



para seguirem as normas, diagnosticar os impactos ambientais que está causando e aplicar procedimentos para diminuir os danos ao meio ambiente.

Portanto, considera-se que uma boa gestão ambiental possibilita um retorno econômico possível, que proporciona benefícios a empresa, e que a mesma supere, anule ou diminua as degradações causadas por sua atividade fim.

### *2.1.2. Acidentes ambientais*

Do ponto de vista ambiental, as refinarias são grandes geradoras de poluição, e as mesmas consomem grandes quantidades de água e de energia, produzindo com isso, grandes quantidades de despejos líquidos, liberando diversos gases nocivos para a atmosfera e produzindo resíduos sólidos de difícil tratamento e disposição.

Segundo o Portal Ambiente Brasil (2010), ocorreram diversos acidentes com petróleo e seus derivados vistos no Brasil entre os anos de 2000 e 2004, cujo produto é considerado como o principal poluente do ambiente marinho, espalhando-se em camadas e que demora anos para ser absorvido, impedindo a oxigenação da água, matando fauna e flora, destruindo o ecossistema, como pode ser visualizado na Figura 1.

**Figura 1** – Vazamento de FLO<sup>3</sup> no Rio Cubatão/SP



Fonte: Informações extraídas do Portal Brasil (2010).

Diante disso, apresenta-se no Quadro 2, alguns dos danos ambientais vinculados na mídia entre os anos de 2000 e 2004:

---

<sup>3</sup> Produto usado para a limpeza ou selagem de equipamentos.

Quadro 2 – Acidentes ambientais

PERÍODO	FATO OCORRIDO
18/01/2000	O rompimento de um duto da Petrobrás que liga a Refinaria Duque de Caxias ao terminal da Ilha d'Água provocou o vazamento de 1,3 milhão de óleo combustível na Baía de Guanabara. A mancha se espalhou por 40 quilômetros quadrados. Laudo da Coppe/UFRJ, divulgado em 30 de março, concluiu que o derrame de óleo foi causado por negligência da Petrobras, já que as especificações do projeto original do duto não foram cumpridas.
28/01/2000	Problemas em um duto da Petrobrás entre Cubatão e São Bernardo do Campo (SP), provocam o vazamento de 200 litros de óleo diluente. O vazamento foi contido na Serra do Mar antes que contaminasse os pontos de captação de água potável no rio Cubatão.
PERÍODO	FATO OCORRIDO
17/02/2000	Transbordamento na refinaria de São José dos Campos (SP) - Petrobrás, provoca o vazamento de 500 litros de óleo no canal que separa a refinaria do rio Paraíba.
11/03/2000	Cerca de 18 mil litros de óleo cru vazaram em Tramandaí, no litoral gaúcho, quando eram transferidos de um navio petroleiro para o Terminal Almirante Soares Dutra (Tedut), da Petrobras, na cidade. O acidente foi causado pelo rompimento de uma conexão de borracha do sistema de transferência de combustível e provocou mancha de cerca de três quilômetros na Praia de Jardim do Éden.
16/03/2000	O navio Mafra, da Frota Nacional de Petróleo, derramou 7.250 litros de óleo no canal de São Sebastião, litoral Norte de São Paulo. O produto transbordou do tanque de reserva de resíduos oleosos, situado no lado esquerdo da popa. A Cetesb multou a Petrobras em R\$ 92,7 mil.
26/06/2000	Nova mancha de óleo de um quilômetro de extensão apareceu próximo à Ilha d'Água, na Baía de Guanabara. Desta vez, 380 litros do combustível foram lançados ao mar pelo navio Cantagalo, que presta serviços à Petrobras. O despejo ocorreu numa manobra para deslastreamento da embarcação.
16/07/2000	Quatro milhões de litros de óleo foram despejados nos rios Barigüi e Iguazu, no Paraná, por causa de uma ruptura da junta de expansão de uma tubulação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar - Petrobrás). O acidente levou duas horas para ser detectado, tornando-se o maior desastre ambiental provocado pela Petrobras em 25 anos.
01/11/2000	86 mil litros de óleo vazaram de um cargueiro da Petrobrás poluindo praias de São Sebastião e de Ilhabela – SP.
14/04/2001	Acidente com um caminhão da Petrobrás na BR-277 entre Curitiba - Paranaguá, ocasionou um vazamento de quase 30 mil litros de óleo nos Rios do Padre e Pintos.
30/05/2001	O rompimento de um duto da Petrobrás em Barueri em São Paulo, ocasionou o vazamento de 200 mil litros de óleo que se espalharam por três residências de luxo do Condomínio Tamboré 1 e atingiram as águas do Rio Tietê e do Córrego Cachoeirinha.
15/06/2001	A Construtora Galvão foi multada em R\$ 98.000.00 pelo vazamento de GLP (Gás liquefeito de petróleo) de um duto da Petrobrás, no km 20 da Rodovia Castelo Branco, uma das principais estradas do Estado de São Paulo. O acidente foi ocasionado durante as obras da empresa que é contratada pelo governo do Estado, e teve multa aplicada pela Cetesb - Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Ambiental.
20/09/2001	Vazamento de gás natural da Estação Pitanga da Petrobras a 46 km de Salvador-Bahia atingiu uma área de 150 metros em um manguezal.
18/10/2001	O navio petroleiro Norma que carregava nafta, da frota da Transpetro - subsidiário da Petrobras, chocou-se em uma pedra na baía de Paranaguá, litoral paranaense, vazando 392 mil litros do produto atingindo uma área de 3 mil metros quadrados. O acidente culminou na morte de um mergulhador, Nereu Gouveia, de 57 anos, que efetuou um mergulho para avaliar as condições do casco perfurado.
13/05/2002	O navio Brotas da Transpetro, subsidiária de transportes da Petrobras, derramou cerca de 16 mil litros de petróleo leve (do tipo nigeriano), na baía de Ilha Grande,

	na região de Angra dos Reis, litoral sul do Rio de Janeiro. O vazamento foi provocado provavelmente por corrosão no casco do navio, que estava ancorado armazenando um tipo de petróleo leve, de fácil evaporação.
03/06/2003	Vazou aproximadamente 25 mil litros de petróleo no Pler Sul do Terminal Martin Almirante Barroso, localizado em São Sebastião, litoral norte de São Paulo pela Transpetro - subsidiária da Petrobras.
07/11/2003	Cerca de 460 litros de óleo vazaram da linha de produção da Petrobras em Riachuelo (32 km de Aracajú), atingindo o rio Sergipe e parte da vegetação da região. A Petrobras foi multada em R\$ 1 milhão pela Adema - Administração Estadual do Meio Ambiente.

Fonte: Adaptado do Portal Brasil (2010).

Por sua vez, os desastres ambientais apresentados no Quadro 2 são causados em sua maioria por navios ou rupturas ocorridas nas tubulações, cujo impacto causado na costa brasileira tem sido uma ameaça permanente à integridade dos ecossistemas costeiro e marinho.

Tendo como principal fator de preocupação consiste no fato de que os acidentes de petróleo estão tomando extensões desastrosas, haja vista que as destruições ambientais ocorrerem em grandes proporções, com o vazamento de óleo em rios e mares, poluindo diversas praias ao longo da costa brasileira e provocando sérios danos para a natureza.

Cabe frisar ainda que, entre os anos de 2000 e 2001, ocorreram 13 (treze) acidentes com derramamento de petróleo no meio ambiente, maior desastre foi provocado pela Petrobrás, em 2000, no qual, quatro milhões de litros de óleo foram despejados nos Rios Barigüi e Iguçu, no Paraná, causado de uma ruptura da junta de expansão de uma tubulação da Refinaria, tornando-se o mais desastroso acidente nos últimos 25 anos.

Depois do acidente na Baía de Guanabara, em junho de 2000, a Petrobras iniciou o Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (Pégaso), tendo como objetivo, criar padrões internacionais de segurança e proteção ambiental na empresa, que funcionam como uma espécie de corpo de bombeiros contra vazamentos de óleo, com profissionais de prontidão 24 horas, barcos, balsas, recolhedores e milhares de metros de barreiras de absorção e contenção de óleo.

No entanto, na Unicamp, estão sendo realizados estudos de bactérias capazes de se alimentarem do petróleo, com a finalidade de criar biorremediadores que possam ser usados para descontaminar áreas afetadas pelo vazamento de óleo. O estudo foi iniciado no laboratório da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA), baseado na utilização de fungos e bactérias que conseguem sobreviver em áreas contaminadas ou até mesmo se alimentar dessas substâncias contaminantes (COSTA JUNIOR, 2008).

Ante ao exposto, observa-se que todas as situações provocadas pelo uso desenfreado dos recursos naturais, mais especificamente com a questão da extração e refino dos derivados do petróleo, incorrem em acidentes ambientais, que não refletem apenas no ecossistema, sendo capazes de produzir pontos negativos para a organização e a sociedade.

Com isso, a conscientização ambiental tem como base o processo de planejamento e concepção das ampliações ou da construção de novas unidades, de modo que seja levada em consideração a escolha de processos produtivos mais modernos, eficientes e menos agressivos ao meio ambiente, e de que sejam feitos os investimentos necessários com equipamentos e medidas de controle de poluição, de forma que tais unidades já entrem em operação causando poucos prejuízos ambientais.

## **2.2 Evidenciação Contábil**

A contabilidade tem como finalidade gerar informações aos diversos usuários para a tomada de decisão, que deverão ser úteis e fornecidas em tempo hábil, e a questão da evidenciação volta-se a questão da divulgação com clareza, em que se deve compreender de imediato o que está sendo comunicado (AQUINO e SANTANA, 1992).

Para Ludícibus (2000), as informações contábeis devem evidenciar informações relevantes e sem exageros, para não ofuscar nem confundir quem estivesse analisando-as, a fim de não tornar enganosos os demonstrativos contábeis. Diante disso, compreende-se que o termo evidenciação se identifica com os próprios objetivos da contabilidade, isto é, comunicar aos seus usuários informações relevantes para orientar decisões a compreensibilidade.

Quando se trata de contabilidade ambiental existe um desafio em mensurar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente. Desse modo, as demonstrações contábeis surgem como meio de evidenciar as ações ambientais, informações essas que permitirão o acesso dos usuários sobre os investimentos ambientais.

Ribeiro e Martins (1998) comentam que a adição das informações de natureza ambiental viria a enriquecer tais demonstrações, como também permitiria aos usuários melhores condições de acesso à informação para avaliar a grandeza dos investimentos ambientais comparativamente ao patrimônio e aos resultados produzidos no período.

Para Tinoco e Kraemer (2006, p. 256):

o objetivo da evidenciação é o de divulgar informações do desempenho econômico, social, e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os stakeholders, considerando que os demonstrativos financeiros e outras formas de evidenciação não devem ser enganosos.

Conforme trata Ribeiro (2005) a evidenciação dos eventos econômico-financeiros de natureza ambiental representa uma das contribuições da contabilidade ao processo de preservação e proteção desta área. As demonstrações contábeis brasileiras trouxeram importantes mudanças no comportamento empresarial, fazendo com que os relatórios anuais se tornassem ricos em informações de caráter qualitativo.

Portanto, pode-se dizer que a ausência de registro dos fatos contábeis ambientais pode ocasionar graves prejuízos a investidores ou possíveis acionistas da empresa, o que torna válido ressaltar que a ausência ou omissão dessas informações podem comprometer a posição patrimonial da entidade, e o lucro.

### *2.2.1 Formas de evidenciação*

Segundo Oliveira, Gomes e Costa (2004), a partir da segunda metade do século XX muitos dos usuários da contabilidade passaram a exigir das empresas a evidenciação de informações diferentes das contidas nas demonstrações contábeis tradicionais.

Ante ao exposto, observa-se que as demonstrações contábeis evidenciam informações a respeito da empresa, e informação entre parênteses, notas explicativas, relatório da administração, quadros e demonstrativos suplementares são também formas de evidenciação, conhecida como instrumentos de complementação.

A publicação das Notas Explicativas é estabelecida pela Lei n.º 6.404/1976, dispondo no art. 176, que as demonstrações serão complementares por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

As Notas Explicativas possibilitam a evidenciação de aspectos sociais e índices econômicos e financeiros, com utilização de quadros, gráficos e informações textuais, a fim de facilitar a interpretação dos usuários.

O Relatório da Administração, segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000), possui algumas características que permitem a compreensão de um maior número de usuários visto que, é descritivo e menos técnico, além de servir como elemento preditivo da evolução e resultados futuros da empresa, quando elaborados de acordo com as Instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e obrigatoriedade da Lei n.º 6.404/1976.

A CVM recomenda alguns itens para a elaboração e publicação do relatório entre eles, podem ser destacados: comentários sobre a conjuntura econômica geral; investimentos; pesquisa e desenvolvimento; novos produtos e serviços; proteção ao meio ambiente; perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros (OLIVEIRA, GOMES e COSTA, 2004).

O Relatório da Administração é considerado insuficiente em relação à qualidade das informações, pois grande parte das empresas publica apenas o que é exigido em Lei, outras publicam apenas um comentário curto da Diretoria, informando sobre a apresentação dos demonstrativos contábeis como exigência legal e submetendo-os à análise dos acionistas, há ainda, algumas empresas que utilizam o relatório para autopromoção da administração, o que não condiz com as recomendações legais (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2000).

De acordo com Iudícibus (2004), esclarecimentos sobre um título de um grupo ou um critério de avaliação utilizada podem ser feitos entre parênteses, porém devem ser explicações curtas. Outra forma de evidenciação, mencionada pelo autor, são os demonstrativos e quadros suplementares, este, por sua vez, pode apresentar detalhes de itens que constam nos demonstrativos tradicionais. Já os demonstrativos suplementares podem servir para apresentar os demonstrativos contábeis sob outra perspectiva de avaliação, corrigidos pelo nível geral de preços ou custos de reposição.

### *2.2.2 Informações contábeis obrigatórias*

Para fins de atendimento das informações solicitadas pelos usuários da informação contábil, a empresa deverá apresentar suas demonstrações contábeis de acordo com as normas regulamentares dos órgãos normativos. Segundo a Lei n.º 6.404/1976, as demonstrações

contábeis representam um conjunto de informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas, de modo a representar sua prestação de contas para os sócios e acionistas.

Observa-se que as demonstrações contábeis incluem os seguintes componentes: Balanço patrimonial (BP), Demonstração do resultado do exercício (DRE), Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA), podendo ser substituído pela Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e as Notas Explicativas (NE), como pode ser observado no Quadro 3.

**Quadro 3 – Demonstrações Obrigatórias**

<b>DEMONSTRAÇÕES OBRIGATÓRIAS</b>	<b>CONCEITO</b>
Balanço Patrimonial	Apresenta a situação financeira e patrimonial de uma entidade em determinada data. Exibe os recursos obtidos pela entidade (passivo e patrimônio líquido) e os investimentos realizados (ativo), ordenados segundo sua liquidez.
Demonstração do Resultado do Exercício	Apresenta, de maneira resumida, as operações realizadas pela entidade, durante um período de tempo, de forma a destacar o resultado líquido do período.
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	É uma demonstração que fornece a movimentação de uma única conta do patrimônio líquido chamada de lucros acumulados. Pode ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido por esta ser mais completa.

Fonte: Adaptado Silva e Tristão (1999) e Iudicibus (2000).

As demonstrações apresentadas no Quadro 3 serão complementadas por NE e outros quadros analíticos, ou outras demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e do resultado do exercício na busca de oferecer uma maior transparência das informações da empresa.

De acordo com o IBRACON (NPC 27), as demonstrações contábeis configuram-se como uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data, tendo como objetivo fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para os mais diversos tipos de usuários.

Com isso, a Lei n.º 11.638/2007 foi criada de modo a atender aos preceitos da convergência às normas internacionais de contabilidade, e adicionou novas subdivisões no BP, substituiu

a DOAR pela DFC, instituiu oficialmente o DVA, para efeito de confecção e publicação das demonstrações financeiras.

Dessa forma, acredita-se que o DFC irá agregar valor, trazendo mais clareza e transparência nas informações contábeis, que segundo Carvalho (2008), deve contemplar as alterações ocorridas durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa (correspondem aos saldos bancários e aplicações de liquidez imediata com prazo de vencimento até 90 dias), segregando-se essas alterações em, no mínimo três fluxos (das operações, dos financiamentos e dos investimentos).

Quanto ao DVA, deverá demonstrar o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

### *2.2.3 Informações contábeis voluntárias*

De acordo com Ferreira (2003), os relatórios ambientais têm como característica a descrição física sobre como determinada ação pode influenciar fisicamente o meio ambiente, bem como que o mesmo deve ser observado como um meio de comunicação sobre esses impactos, possibilitando a agentes externos o devido conhecimento sobre o assunto.

Os relatórios ambientais buscam apresentar dados que objetivam fornecer aos usuários informações concernentes a transparência empresarial, que refletem a divulgação de seu desempenho ambiental perante o mercado. No entanto, entende-se que no Brasil esses métodos são adotados apenas pela minoria das organizações, que em diversas situações cometem falhas quando de sua elaboração.

Iudícibus (2000) afirma que a evidenciação ou disclosure está relacionada aos objetivos da contabilidade, por garantir informações diferenciadas para os diversos tipos de usuários. Contudo, de acordo com Lucatelli e Muniz (2004), os principais instrumentos de evidenciação são:



- Relatório do presidente;
- Relatório por Segmento de Negócios;
- Relatório ambiental;
- Relatório Financeiro e Operacional;
- Relatório da Diretoria;
- Divulgação (disclosure) de Políticas Contábeis;
- Demonstração de Resultado;
- Balanço Patrimonial;
- Notas Explicativas, entre outros.

Assim para o IBRACON (1996), o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), as Notas Explicativas (NE), Balanço Social (BS) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), representam peças contábeis que auxiliam no processo de evidenciação quando se trata de informações que a entidade empresarial dispõe a seus usuários para administrar o patrimônio e tomar decisões.

Contudo, as empresas não costumam divulgar as informações ambientais voluntariamente e a maioria das demonstrações que divulgam é por consequência de existências legais. Portanto, a contabilidade não irá resolver os problemas ambientais, mas face à sua capacidade de fornecer informações, que podem alertar os vários fatores sociais para a gravidade do problema vivenciado, ajudando desta forma na procura de soluções.

O gerenciamento ambiental constitui um conjunto de rotinas e procedimentos a serem adotados pela organização visando administrar com maior eficiência as relações decorrentes de sua atividade (CARVALHO, 2008). Por sua vez, a importância desse gerenciamento se deve ao fato de que “a sociedade sobrevive dos benefícios gerados pelas atividades econômicas, sofrendo os impactos que dela se originam” (SCHENINI, RENSI e CARDOSO, 2005, p. 39).

Diante disso, faz-se necessário que os usuários da informação contábil tenham condições de tomar decisões adequadas. Nesse contexto, a contabilidade ambiental reúne informações acerca da atuação da empresa em relação ao meio em que está inserida, que devem ser utilizadas pelos gestores de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável em função de fatores internos e externos das empresas.

## **2.3 Itens ambientais**

Costa Junior (2000), comenta que as inovações trazidas pela contabilidade ambiental estão associadas à pelo menos três temas: a definição do custo ambiental; a forma de mensuração do passivo ambiental, com destaque para o decorrente de ativos de vida longa; e a utilização intensiva de notas explicativas abrangentes e o uso de indicadores de desempenho ambiental, padronizados no processo de fornecimento de informações ao público.

Diante disso, a contabilidade ambiental representa uma nova especialidade da ciência contábil, que se utiliza da materialidade dos valores envolvidos, com referencia aos gastos ambientais, cuja preocupação volta-se a necessidade de identificar o momento mais adequado ao seu reconhecimento.

Na busca de reduzir ou preservar a poluição ambiental produzida pelas operações produtivas da empresa, cabe classificar tais itens, conforme segue: passivo ambiental, custos ambientais e despesas ambientais.

### **2.3.1 *Passivo ambiental***

Na teoria observa-se que o passivo ambiental representa toda obrigação de curto e longo prazo, que comumente é evidenciada de modo a utilizar os recursos concernentes as obrigações com a redução ou extinção dos recursos naturais.

Por sua vez, cabe ressaltar que uma empresa que agride o meio ambiente, na prática não irá evidencia esses impactos nos passivos ambientais, haja vista que tais informações trariam uma imagem negativa e poderia gerar prejuízos a empresa.

Para Ribeiro e Gratão (2000, p. 5), os passivos ambientais:

(...) ficaram amplamente conhecidos pela sua conotação mais negativa, ou seja, as empresas que o possuem agrediram significativamente o meio ambiente e, dessa forma, têm que pagar vultosas quantias a título de indenização de terceiros, de multas e para a recuperação de áreas danificadas.

Ante ao exposto, observa-se que o passivo ambiental transmite o reconhecimento de um dano presente ou obrigação de eventos que já aconteceram. Carvalho (2007, p. 131-132) comenta que:

entendem-se por passivo ambiental as obrigações da entidade decorrente de danos causados ao meio ambiente, de infrações ambientais ou empréstimos a serem aplicados na área ambiental, que tenham ocorrido no passado ou esteja ocorrendo no presente e que delas decorram entrega futura ou presente e ativos bem como a prestação de serviços.

No entendimento de Bergamini Junior (1999), um passivo ambiental deve ser reconhecido, quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação.

O IBRACON (1996, p. 5), conceitua o passivo ambiental como “toda agressão que se praticou/pratica contra o Meio Ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-los, bem como multas e indenizações em potencial”.

Assim, observa-se que o passivo ambiental representa obrigações de curto e longo prazo que são destinadas a promover investimentos que amenizem os danos causados ao meio ambiente, refere-se dessa forma aos benefícios econômicos da empresa que são gastos na preservação, recuperação e proteção da natureza.

Contudo, ressalta-se que o passivo ambiental não terá origem apenas em fatos negativos, mas que poderá ocorrer frente a atitudes responsáveis advinda com a manutenção de um sistema de gerenciamento ambiental, em que se faz necessário observar o investimento de novas tecnologias (máquinas e equipamentos).

Os passivos devem dar origem aos custos ambientais, já que é inerente à manutenção normal do processo operacional da empresa, e segundo Bergamini Junior (1999), um

passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não desembolsado.

No entanto, percebe-se que o reconhecimento da existência de um passivo ambiental não está relacionado a uma obrigação legal, mas pela administração da organização em achar correto e adequado uma responsabilidade ambiental, ficando a critério de cada empresa reconhecer suas exigibilidades.

### 2.3.2 Custos ambientais

Segundo Ferreira (2003), contemplar os custos do meio ambiente no processo produtivo é o que entendem os ambientalistas quando consideram o Princípio do Poluidor Pagador, bem como por ser uma forma de reordenar o consumo excessivo.

Carvalho (2007) comenta que os gastos com preservação e recuperação do meio ambiente estão relacionados com a atividade produtiva da empresa, daí a necessidade de serem classificados como custos, devendo ser imputados aos bens e serviços produzidos pela entidade.

De acordo com o CFC (2000, p. 6), os custos podem ser classificados como:

- Custos de Prevenção – destinados à redução da quantidade de poluentes expelidos no processo produtivo. Exemplo: investimentos em tecnologias limpas.
- Custos de Controle – destinam-se a manter as agressões ambientais dentro dos limites estabelecidos anteriormente. Exemplo: verificação dos níveis de poluição.
- Custos de Correção – destinam-se às recuperações decorrentes dos danos causados ao meio ambiente. Exemplo: reflorestamento de áreas devastadas.
- Custos de Falhas – referem-se aos custos de falhas ocorridas no processo de redução, controle da agressão ao meio ambiente. Exemplo: multas, sanções.
- Custos das Externalidades – decorrem dos impactos gerado pelas empresas, que poderão no futuro, vir se tornar importantes. Exemplo: danos causados à saúde pela poluição atmosférica.

Os custos ambientais podem ter origem nos insumos requeridos para eliminar a produção de resíduos poluentes no processo produtivo, e como exemplo, Ribeiro e Gratão (2000) citam os produtos químicos utilizados para purificação das águas residuais do processo de tintura de tecidos, ou para tratamento dos gases a serem expelidos no ar.

Os custos podem ainda ser originários da depreciação dos equipamentos e máquinas utilizados para controle e preservação do meio ambiente, e outra fonte de custos ambientais pode ser a necessidade de tratamento e recuperação de áreas degradadas pela ação da companhia.

Em alguns casos, um custo ambiental pode está relacionado a danos que ocorreram em períodos anteriores, como nos casos de danos ambientais causados a uma propriedade antes de sua aquisição, um acidente acontecido em período anterior e que agora requer limpeza, disposição ou tratamento de um lixo tóxico criado em um período anterior (RIBEIRO e GRATÃO, 2000).

Dessa forma, os custos ambientais estão associados ao gerenciamento de uma entidade, responsáveis pelos gastos provenientes dos impactos da atividade da mesma, que quando incorridos devem atender aos objetivos e exigências da legislação.

### 2.3.3 *Despesas ambientais*

De acordo com Tinoco e Kraemer (2006), as empresas incorrem nas seguintes despesas ambientais em seu processo produtivo:

- Ocasionadas pela prevenção de contaminação relacionada com as atividades operacionais atuais;
- Tratamento de resíduos e vertidos;
- Tratamento de emissões;
- Descontaminação;
- Restauração;
- Materiais auxiliares e de manutenção de serviços;
- Depreciação de equipamentos;
- Exaustores ambientais;

- Pessoal envolvido na produção;
- Gestão do meio ambiente;
- Investigação e desenvolvimento;
- Desenvolvimento de tecnologias mais limpas;
- Auditoria ambiental.

Carvalho (2007) enfatiza que as despesas ambientais representam todos os gastos efetuados pela empresa, que tenham relação com o meio ambiente, ocorridos no período e que estejam relacionados com atividade produtiva da entidade.

Nesse contexto, Iudícibus (2000) menciona que a despesa, em sentido restrito, representa a utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas e, sua caracterização é o fato de tratar das expirações de fatores de serviços relacionados com a produção e a venda do produto da empresa.

No entanto, podem-se considerar também como despesas todos os gastos com a recuperação ou reparação de danos ambientais causados pelas atividades da empresa, e também aqueles incorridos sem está diretamente relacionado com o processo produtivo da empresa, como as taxas e emolumentos decorrentes da legislação ambiental (IUDÍCIBUS, 2000).

Dessa maneira, presume-se que as despesas ambientais decorrem de gastos relacionados ao gerenciamento da entidade, ocorridos na área administrativa, como as políticas internas de preservação, bem como em despesas com recursos humanos, quando direcionado a treinamentos na área ambiental e despesas com salários e encargos de empregados na área.

### 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esse capítulo destina-se à apresentação dos resultados obtidos com a pesquisa realizada junto ao site da Bovespa, sobre a evidenciação do passivo ambiental das Empresas do Segmento de Exploração e/ou Refino, do Sub-Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

De forma que, foi identificado separadamente quais acidentes ambientais vinculados a esse segmento no período de 2005 a 2009 e em seguida foram realizadas comparações com os acidentes expostos na mídia, no mesmo período. Assim, em termos de demonstrações contábeis, foram considerados: Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício. Além dos Relatórios Administrativos e Notas Explicativas.

#### 3.1 Análise da Brasil Ecodiesel Ind. Com. Bio. Ol. Veg. S.A.

A Brasil Ecodiesel Ind Com Bio.Ol.Veg.S.A. é como uma empresa privada, que atua no setor de comércio e indústria de biocombustíveis e óleos vegetais. Essa instituição possui unidades em diversos estados brasileiros, conforme está evidenciado no Quadro 4:

**Quadro 4 – Locais onde a Ecodiesel possui unidades**

CIDADE	ATIVIDADE	PRODUÇÃO BIODIESEL/ANO
Florianópolis – PI	Transformação de óleo vegetal em biocombustível	44.550 m <sup>3</sup>
Crateús – CE	Esmagamento integrada	118.800 m <sup>3</sup>
Itaquiraçu e Iraquara MA	Esmagamento integrada	118.800 m <sup>3</sup>
Porto Nacional	Transesterificação	118.800 m <sup>3</sup>
Rosário do Sul – RS	Transesterificação	118.800 m <sup>3</sup>

Fonte: Site Brasil Ecodiesel (2010).

A Unidade de Floriano foi à primeira usina a entrar em operação, em agosto de 2005. Já a Unidade de Crateús (CE), que iniciou a operação em outubro de 2006. No Estado do Maranhão, a empresa possui duas unidades de esmagamento integradas, e a empresa informa que tem projetos para abrir unidades em outros estados do país.

Na busca de alcançar um dos objetivos dessa pesquisa, foi averiguado que no Balanço Patrimonial dessa empresa, que não existem informações sobre o passivo ambiental. Observa-se que entre os anos de 2005 a 2009 evidencia-se a conta de Obrigações Sociais, mas não existe nenhuma informação nos relatórios sobre que obrigações são essas (Quadro 5).

**Quadro 5 – Evidenciação do Balanço Patrimonial**

DESCRIÇÃO DA CONTA	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Obrigações Sociais	90,00	1.630,00	4.554,00	7.262,00	3.822,00
Exigível a Longo Prazo Obrigações Sociais					2.844,00

Fonte: Site Bovespa

Analisando as informações contidas no portal da empresa Brasil Ecodiesel, observou-se que a mesma, possui em sua Gestão Ambiental um órgão interno de assessoria responsável pela fiscalização de suas atividades, averiguando o cumprimento da Legislação Ambiental constituída pelos órgãos competentes de cada Estado em que atua.

O referido órgão é denominado de Assessoria de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (ASMS) e tem autonomia para notificar os gestores das unidades da Companhia exigindo a adoção de medidas corretivas quando necessário, além de determinar a suspensão das atividades de suas unidades que estejam em desacordo com a legislação ambiental, até que os problemas identificados sejam resolvidos.

Essa empresa, tem também, um projeto da Semana do Meio Ambiente (SMA), em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), no qual busca realizar diversas atividades visando evidenciar a importância da preservação da natureza. No Núcleo Santa Clara, destaca-se o projeto Nosso solo nossa Vida, onde professores visitam as células rurais e socializam para a comunidade o projeto de recuperação de solos e preservação ambiental.



No entanto, observa-se controvérsias sobre a ética da empresa na mídia, foi encontrado no portal da Ecodebate, uma reportagem, no qual a Brasil Ecodiesel criou uma outra empresa pra utilizar serviços clandestinos no Piauí e não envolver o nome da empresa. De acordo com Barros (2010), Presidente da Fundação Águas, PI, a empresa criada foi a Buriti Agrícola LTDA na qual administrou a fazenda Santa Clara. Que, por sua vez, foi fundada para desenvolver um projeto do biodiesel, do governo federal, através de produção da mamona, e o Estado do Piauí foi escolhido.

As terras foram doadas para a empresa Brasil Ecodiesel ficaram no nome de outra empresa, a Enguia Power LTDA, pois em algum acidente de percurso o nome da Brasil Ecodiesel não seria envolvido. Segundo Barros (2010), no bojo da discussão das terras os trabalhadores/escravos deveriam receber, depois de 10 anos de trabalho forçado, parte dessas terras – 25 hectares por família. Mas, para isso, a empresa mantinha contratos com essas famílias agricultoras da região, o que garantia o abastecimento da usina com o plantio da mamona.

Logo no início do projeto, a partir do segundo ano, a Brasil Ecodiesel esqueceu da mamona e iniciou outra atividade clandestina, a produção de carvão com a utilização da madeira nativa. Em três anos quase 50 mil hectares de terras virou carvão. Tudo com o aval do IBAMA e da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Não há notícias de alguma ação do Ministério Público nesse crime.

Porém, em dezembro de 2009 a empresa Brasil Ecodiesel encerrou as atividades da Buriti Agrícola LTDA no Piauí sem qualquer satisfação à sociedade, nem para as famílias moradoras da fazenda Santa Clara, apenas um administrador da fazenda tem permanecido no local. As terras doadas pelo Estado do Piauí estão em processo de negociação para serem vendidas ao INCRA. Negócio bom para a empresa que recebeu as terras de presente e vai vender para o Governo Federal.

Barros (2010, p. 2), ainda comenta que “no biodiesel do Piauí tem sangue – sangue dos animais silvestres, das árvores e principalmente das pessoas que há cinco anos estão sendo escravizadas na fazenda Santa Clara da Brasil Ecodiesel”. E não é demais lembrar, tudo com o aval dos governos Federal e Estadual, em particular da Petrobras.

Diante do exposto, nada foi encontrado sobre acidentes ambientais na mídia nem evidenciado o passivo ambiental nas demonstrações ou relatórios dessa empresa.

### 3.2 Análise Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.

A Refinaria de Manguinhos foi inaugurada em 14 de dezembro de 1954, tendo como atividades a produção, comercialização e distribuição dos principais derivados do petróleo (gasolina comum, diesel, diesel marítimo, Óleo combustível marítimo, localizada no Rio de Janeiro, tem capacidade de processamento de 15 mil barris de petróleo por dia para a produção de gasolina comum, gás liquefeito de petróleo, diesel e óleo combustível.

A inauguração da referida empresa representou um marco na história industrial brasileira, já que a refinaria foi criada com capital totalmente nacional e privado. Em 2007, a Refinaria de Manguinhos obteve a licença ambiental emitida pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) para a produção de biodiesel.

Em 2008, foi adquirida pelo Grupo Andrade Magro, através da empresa Grandiflorum Participações. Tendo, atualmente, o projeto de lançar seu biodiesel no mercado. Uma vez que, não existe, no Estado do Rio de Janeiro, nenhuma outra planta de biodiesel em operação, e a de Manguinhos está pronta para ser ativada, em curto prazo, com capacidade da unidade de 120 milhões de litros, volume suficiente para atender a necessidade de todo o Estado (Portal Manguinhos, 2010).

Logo após a sua inauguração, a Refinaria já tinha uma capacidade inicial de produção de 10 mil barris por dia, atendendo cerca de 90% do consumo diário da cidade do Rio de Janeiro. Desta forma, Manguinhos tornou-se patrimônio do estado.

As principais metas de modernização da Refinaria de Manguinhos, conforme evidenciado no Portal da Empresa são:

- Início da operação da Unidade de Biodiesel;
- Construção de um Terminal Marítimo para interligar Manguinhos à Baía de Guanabara;
- Modernização de suas instalações, para intensificar a produção de gasolina, destilados e solventes especiais.

Com relação à política e gestão ambiental, observa-se pelas informações fornecidas no Portal da Empresa que, um rígido gerenciamento ambiental, sempre atenta aos impactos decorrentes de suas atividades, possuindo algumas diretrizes, entre as quais, o de promover

a melhoria contínua do desempenho ambiental, visando sempre à prevenção da poluição e a conscientização ambiental dos colaboradores e gerências, prevenindo danos ambientais.

Ainda implantou melhorias nesse sistema de gestão ambiental com base na ISO 14.001, e manteve um processo de descontaminação de lençol freático e solo, obteve a aprovação de seu plano de emergência individual para a operação do duto de transferências de produtos que interliga as instalações da Refinaria à Baía da Guanabara.

Realiza, também, o sistema de tratamento de efluentes líquidos através do projeto Procon-Água e de seu laboratório de controle de qualidade. A Refinaria ainda faz auditorias ambientais regularmente para avaliar seu gerenciamento ambiental. Alguns dos órgãos auditores são a ANP, INEA, além das auditorias internas.

De acordo com as informações fornecidas no site da BOVESPA, nos Balanços Patrimoniais dessa empresa, durante os anos estudados, não é evidenciado nada sobre o passivo ambiental. Observou-se também, as notas explicativas e os relatórios que não foi registrado nenhuma informação sobre como é feita essa gestão ambiental.

Já na mídia (internet), encontra-se várias reportagens sobre a empresa, porém não existe evidências de acidentes ambientais publicados, apenas reportagens sobre as crises financeiras da mesma.

No entanto, conforme pesquisa de Silva (2001), em sua tese, a Refinaria afirma possuir passivos ambientais, mas optam por não divulgar quais são esses resíduos, uma vez que não consideram como sendo de grande quantidade. De qualquer forma, segundo informações obtidas na tese do autor, eles são estocados dentro dos limites da empresa, são comercializados, destruídos de alguma forma não divulgadas no estudo, ou descartados com algum tratamento também não relatado. Na tese, ainda observa-se o comentário sobre a inexistência de uma fiscalização do Poder Público com relação ao transporte ou armazenamento desse passivo ambiental.

Certificada internacionalmente pelas normas de Qualidade Total, a Refinaria de Mangunhos fornece produtos e presta serviços às maiores distribuidoras de derivados de petróleo do País. Atualmente encontra-se trabalhando para obter a certificação da ISO-14.001 por acreditar que possa contribuir com uma melhor condição ambiental, tendo investido mais de US\$ 40 milhões nos últimos anos em política de preservação ambiental e de segurança industrial para o desenvolvimento de sua atividade (SILVA, 2001).

Diante disso, observou-se que a empresa Refinaria de Petróleos Manguinhos não evidencia nas suas demonstrações contábeis nem nos seus relatórios nada sobre o passivo ambiental, também, não foi encontrado acidentes ambientais divulgados na mídia.

### **3.2 Análise Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras**

No caso da Petrobras, criada em 1953, se constitui no principal parque de refino em operação nacionalmente, sendo a mesma uma sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil, atua como uma empresa de energia nos seguintes setores: exploração e produção, refino, comercialização e transporte de óleo e gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de energia (Conforme informações no Portal da Empresa).

Em 2001, a Petrobras dispunha de doze unidades operacionais que atendiam as necessidades do consumo interno brasileiro, as quais respondiam por 98,6% da capacidade total do refino nacional. Já em 2003, esta capacidade havia caído para 78,1%, em função da entrada de três grandes refinarias privadas, quais sejam: a refinaria de Manguinhos, pertencente a Repsol-YPF, no Rio de Janeiro, a refinaria de Ipiranga, pertencente ao Grupo Ipiranga no Rio Grande do Sul e a refinaria Univen, em São Paulo (SILVA, 2001).

No entanto, devido à inviabilidade financeira operacional das refinarias privadas de se manterem e competirem com a Petrobras, apenas duas dessas se mantêm hoje no mercado. Com o fechamento de uma refinaria privada e a abertura de mais quatro refinarias da Petrobras, a sua participação no refino total voltou a se elevar, passando a 95% em 2004.

Possuindo atualmente, onze unidades no país, que são evidenciadas no Quadro 6. De modo que, juntas, essas refinarias processaram 1 milhão 779 mil bpd e produziram 1 milhão 795 mil bpd de derivados em 2007, o que representa aumentos de 1,9% e 1,75%, respectivamente, em relação a 2006. A Companhia utilizou, em média, 90% de sua capacidade de refino, e cerca de 78% do petróleo processado foi de origem brasileira (conforme relatório administrativo).

**Quadro 6 – Locais onde a Petrobras possui refinarias**

<b>CIDADE</b>	<b>PRODUÇÃO BIODIESEL/ANO</b>
REMAN – AM	46.000 m <sup>3</sup>
RLAM – BA	323.000 m <sup>3</sup>
RPCC – RN	30.000 m <sup>3</sup>
REGAP – MG	365.000 m <sup>3</sup>
REPLAN – SP	118.800 m <sup>3</sup>
REVAP – SP	251.000 m <sup>3</sup>
RPBC – SP	251.000 m <sup>3</sup>
RECAP – SP	170.000 m <sup>3</sup>
REDUC – RJ	242.000 m <sup>3</sup>
REPAR – PN	189.000 m <sup>3</sup>
REFAP – RS	189.000 m <sup>3</sup>

Fonte: Site Petrobras (2010).

Silva (2001) em sua tese pesquisou sobre a Situada às margens da Baía de Guanabara, a REDUC é uma das Unidades da PETROBRAS que ainda não possui Certificação Ambiental e Licença de Operação, contudo, vem aumentando os investimentos no tratamento de efluentes líquidos, para evitar que os índices de poluição das águas da baía aumentem. Foram gastos cerca de US\$ 70,43 milhões em projetos para tratar as águas utilizadas na refinaria de modo que estejam em condições de serem lançadas no mar.

Uma boa parte da produção dessa Unidade é exportada, principalmente para os Estados Unidos, Países da Ásia, Uruguai e Argentina. Outros derivados, como gases e nafta, são utilizados na indústria petroquímica. A REDUC também se destaca por ser a maior produtora de lubrificantes do Brasil (80% do total consumido). A comercialização dos derivados garante a refinaria um faturamento anual de US\$ 3 bilhões (SILVA, 2001). Possuindo um moderno parque industrial formado por 28 unidades de processo, duas centrais termoelétricas, um sistema de tratamento de efluentes e um grande parque de transferência e estocagem de produtos, com cerca de 300 tanques, compõem a paisagem da refinaria.

Nos Balanços Patrimoniais não existe evidenciado nada sobre o passivo ambiental. No entanto, nas Notas Explicativas (2005 a 2009), pode observar informações no Balanço Social sobre os investimentos ambientais da Petrobras, conforme é evidenciado no Quadro 7.

Quadro 7 – Indicadores Ambientais 2005 a 2009

Indicadores Ambientais	Ano	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos com Produção/Operação da empresa	2005	1.224.745	3,34%	0,90%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos		44.195	0,12%	0,03%
Investimentos com Produção/Operação da empresa	2006	1.359.428	3,34%	0,86%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos		44.641	0,11%	0,03%
Investimentos com Produção/Operação da empresa	2007	1.924.698	5,35%	1,13%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos		51.728	0,14%	0,03%
Investimentos com Produção/Operação da empresa	2008	1.919.751,00	3,98%	0,89%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos		53.763,00	0,11%	0,02%
Investimentos com Produção/Operação da empresa	2009	1.872.458,00	4,33%	1,02%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos		151.626,00	0,35%	0,08%

Fonte: Notas Explicativas Petrobras (2005 a 2009) - Site Bovespa

Percebe-se que a Companhia possui investimentos ambientais sobre sua Receita Operacional em 2005 e 2006 com 3,34% sobre RO, de 5,49% em 2007, o equivalente a R\$ 1.976.426,00, por sua vez, em 2009, o investimento caiu para 4,68 % sobre a receita operacional no valor de R\$ 43.206.611,00. Percebe-se ainda que por ano a empresa investiu em média 5% na preservação dos recursos ambientais, entre 2005 e 2009, de acordo com o gráfico 1.

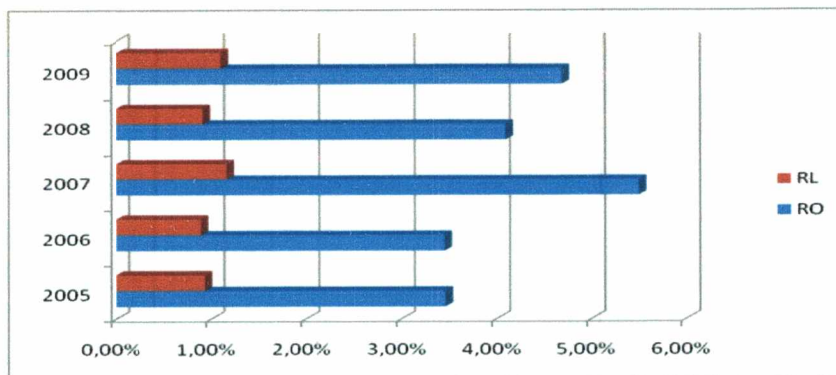


Gráfico 1 – Valores de Investimentos Ambientais de 2005 a 2009.  
Fonte: Notas Explicativas Petrobras (2005 a 2009) - Site Bovespa

Esses investimentos estão relacionados à produção da empresa e, a projetos externos e a companhia afirma que possui metas anuais para minimizar resíduos, além do consumo em geral na produção e, busca aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais.

Observou-se que no Balanço Social dos anos de 2005 a 2009 foi informado os valores da Receita Líquida (RL) Consolidada e do Resultado Operacional (RO) que serviram de base de cálculo para os investimentos dos itens ambientais (Tabela 1).

Tabela 1 – Valores Receita Líquida e Resultado Operacional – 2005 a 2009

Base de Cálculo	2005	2006	2007	2009	2008
Receita Líquida (RL)	136.05.078	158.238.819	170.577.725	182.710.057	215.118.536
Resultado operacional (RO)	36.679.897	40.672.492	35.977.804	43.206.611	48.204.799

Fonte: Notas explicativas Petrobras (2005 a 2009) – site Bovespa

É evidenciado também, que as ações de responsabilidade ambiental da Companhia, tiveram como foco a gestão de emissões atmosféricas, recursos hídricos, efluentes líquidos e resíduos; a avaliação e monitoramento de ecossistemas; a restauração de áreas impactadas; a conformidade das instalações e operações às exigências legais; e o preparo para atuação em situações de emergência.

O pioneirismo da Petrobras na tecnologia HBIO representou avanços na proteção ambiental em 2007. Entre as pesquisas na área ambiental, teve destaque a conclusão do projeto de

caracterização de corais de águas profundas da Bacia de Campos. Observa-se ainda que nos últimos anos, com o tratamento e a destinação de quantidades totais superiores às geradas anualmente, a companhia tem conseguido reduzir o armazenamento de resíduos não tratados.

Dessa forma, foi possível verificar que nas Notas Explicativas (2007) foram informados alguns investimentos na área ambiental com programas de ações ambientais externos, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Dados Ambientais 2007

<b>Investimentos Ambiental</b>	<b>Valor</b>
Dispêndios com a Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) e o apoio a programas e/ou projetos ambientais externos.	R\$ 1.720.000 mil
Ações do Programa Petrobras Ambiental	R\$ 36,4 milhões

Fonte: Notas Explicativas Petrobras (2007) - Site Bovespa

Consciente da sua responsabilidade na difusão de práticas ecologicamente corretas, a Companhia investiu, em 2007, R\$ 36,4 milhões na continuidade das ações do Programa Petrobras Ambiental (Tabela 2). Com o desenvolvimento dos projetos escolhidos, pretende-se recuperar e conservar bacias hidrográficas, ecossistemas e paisagens, e proteger cerca de cinco mil espécies da fauna e flora brasileiras.

Ainda no Relatório Administrativo (2007) é informado que a Companhia manteve-se em nível de excelência no contexto da indústria mundial de petróleo e gás, e no que diz respeito a vazamentos, com um volume próximo à metade do limite máximo admissível de 739 metros cúbicos estabelecido para o ano.

A referida empresa pretende recuperar e conservar bacias hidrográficas, ecossistemas e paisagens, bem como proteger cerca de cinco mil espécies da fauna e flora brasileiras. Assim, percebe-se que a empresa é consciente com a sua responsabilidade na divulgação de práticas ambientais. No entanto, apesar da consciência ambiental e dos projetos em que a Petrobras divulga nos seus relatórios, ainda observa-se muitos acidentes ambientais envolvendo suas unidades e que são considerados graves.



As iniciativas da Petrobras em 2009, tiveram como foco minimizar os impactos das atividades operacionais e dos produtos sobre o meio ambiente, com o objetivo de reduzir o consumo de recursos naturais e os efeitos poluentes. Assim, encontra-se no site da empresa informações que os sistemas de gestão ambiental (93% das unidades certificáveis), no Brasil e no exterior, estavam em conformidade com a norma ISO 14001, de acordo com certificações realizadas por organismos nacionais e internacionais.

Contudo, após o grave acidente com a Plataforma P-36 em 2001, e também da eleição de Lula para Presidente do Brasil a Petrobrás passou a adotar uma postura em que a segurança, a saúde e o meio ambiente em tese passaram a ser prioridades.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar se as empresas do segmento de Exploração e/ou Refino, registradas na BOVESPA, evidenciam os acidentes ambientais através dos seus passivos.

De modo que, a produção do petróleo envolve acidentes e graves riscos ao meio ambiente desde o processo de extração, transporte, refino, e até mesmo o consumo, com a geração de gases que poluem a atmosfera. Os piores danos acontecem durante o transporte de combustível, com vazamentos em grande escala, principalmente, dos navios petroleiros.

No Brasil, ainda não se conhece nenhuma legislação que obrigue a divulgação dos relatórios ambientais pelas empresas que lidam direta ou indiretamente com o fator ecológico e com o desafio contemporâneo da sustentabilidade.

No entanto, das empresas listadas na BOVESPA no segmento de Exploração e/ou Refino, e pesquisadas neste trabalho, existem: Brasil Ecodiesel Ind. Com. Bio. Ol. Veg. S.A.; OGX Petróleo e gás participações S.A; Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras e, a Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.. Todas divulgam suas informações contábeis no site, mas nada é evidenciado sobre o passivo ambiental. Porém, a empresa OGX Petrólio não foi analisada uma vez que, suas atividades não estão voltadas a exploração e refinaria do biocombustível.

Observa-se na mídia (internet), que várias acidentes acontecerem antes de 2005, principalmente na Petrobras, que é a mais conceituada e popular empresa brasileira e que já se envolveu em vários acidentes ambientais de grandes extensões. No entanto, desde 2005, passou a investir pesado em políticas de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social, para minimizar os impactos desses acidentes e se alinhar à tendência mundial.

Com relação a Refinaria Manguinhos não existe evidencias de acidentes ambientais publicados, apenas reportagens sobre as crises financeiras da mesma. Que busca obter a certificação da ISSO-14.001 e, já possui certificado internacional de Normas de Qualidade.

Em decorrência de tais fatos, a indústria de refino de petróleo e biodiesel, pode ser, e muitas vezes é, uma grande destruidora do meio ambiente, pois tem potencialidade para afetá-lo

em todos os níveis: ar, água, solo e, conseqüentemente, a todos os seres vivos que habitam o planeta.

Das companhias analisadas, apenas a Petrobrás divulga informações sociais e ambientais nos Relatórios Administrativos e nas Notas Explicativas, de forma que, é evidenciado no Balanço Social, que é divulgado nas Notas Explicativas. Percebe-se que a mesma possui investimentos ambientais sobre sua Receita Operacional de até 5,49% entre os anos estudados, esses investimentos estão relacionados à produção da empresa e, a projetos externos. No qual, possui metas anuais para minimizar resíduos na busca de aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais.

Pode-se observar ainda que a Petrobrás consciente da sua responsabilidade na difusão de práticas ecologicamente corretas, de modo a investir, em 2007, R\$ 36,4 milhões com o desenvolvimento dos projetos para recuperar e conservar bacias hidrográficas, ecossistemas e paisagens, e proteger cerca de cinco mil espécies da fauna e flora brasileiras.

Foi averiguado que no Balanço Patrimonial da Empresa Brasil Ecodiesel , não existe informações sobre o passivo ambiental. Porém, observa-se que entre os anos de 2005 a 2009, é apenas evidenciada a conta Obrigações Sociais, mas não existem nenhuma informação nos relatórios da Refinaria sobre que obrigações são essas. Mas, percebe-se que possui em sua Gestão Ambiental um órgão interno de assessoria responsável pela fiscalização de suas atividades, averiguando o cumprimento da Legislação Ambiental constituída pelos órgãos competentes de cada Estado em que atua, só não tem nada evidenciado oficialmente.

Na empresa Refinaria Mangueiras, não é evidenciado nada sobre o passivo ambiental nos seus demonstrativos contábeis ou nos seus relatórios administrativos. Mas, conforme pesquisa de Silva (2001), a Refinaria afirma possuir passivos ambientais, porém optam por não divulgar quais são esses resíduos, uma vez que não consideram como sendo relevantes.

Observa-se, ainda nessa pesquisa, comentários sobre a inexistência de uma fiscalização do Poder Público com relação ao transporte ou armazenamento desse passivo ambiental. Mas, no Portal da Empresa, que seu gerenciamento ambiental está sempre atento aos impactos decorrentes de suas atividades.

Diante do exposto, pode-se afirmar a ineficácia dessas empresas na definição e divulgação de metas reais de sustentabilidade com relação ao seu passivo ambiental, pois percebe-se a falta de transparência sobre o retorno de seus investimentos com o meio ambiente. Uma vez que, não evidenciam seus passivos ambientais nos demonstrativos contábeis, no qual, poderia ajudar para a redução dos níveis de poluição emitidos pelas atividades dessas refinarias.

## REFERÊNCIAS

AMBIENTE BRASIL – Portal Ambiental. Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br>> Acesso em 12 de Abril de 2010.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução a metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 1999.

AQUINO, Wagner de, SANTANA, Antonio Carlos de. Evidenciação. In: **Caderno de Estudos da FIPECAFI**. São Paulo, jun/1992.

BARROS, Judson. **Denúncia: Biosangue'**, o fracasso do biodiesel no Piauí. Presidente da Fundação Águas, PI. Portal Eco Debate, 2010. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2010/01/26/denuncia-biosangue-o-fracasso-do-biodiesel-no-piaui-artigo-de-judson-barros/>. Acesso em: 18/10/2010.

BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. Custos emergentes na contabilidade ambiental. In: **Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ano III, nº 09, p.03-11, ago/out.2000.

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 08 de maio de 2010.

BRAGA, Célia. **Contabilidade Ambiental:** ferramenta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.

CALIXTO, Laura. **Evidenciação Social e Ambiental em Países Latino-Americanos:** Ênfase nos Setores de Mineração, Petróleo e Gás. Fundação Getúlio Vargas-SP. 1st South American Congress on Social and Environmental Accounting Research – CSEAR 2009 Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 2009.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental:** Teoria e Prática. Curitiba: Juruá, 2007.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2008.

COSTA JUNIOR, Arthur Pereira da. Petróleo: caracterização, identificação, situação atual, meio ambiente e perspectivas. Universidade federal Rural do Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: [http://www.ufrj.br/degeo/monografias/ok\\_arthur\\_pereira.pdf](http://www.ufrj.br/degeo/monografias/ok_arthur_pereira.pdf). Acesso em: 25/09/2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade:** resumo da teoria, atendendo as novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental: Uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; CARDOSO, Ricardo Lopes; DUTRA, René. Evidenciação do investimento no social e no ambiental. In: **Revista Pensar Contábil, RCMCC**. Rio de Janeiro, vol 4, n° 2, p. 6, Ago./Nov. 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBRACON. **Norma e procedimentos de auditoria n° 11 – balanço e ecologia**. 1996. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br>>. Acesso em 18 de abril de 2010.

IBRACON. **Princípios Contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu., GELBECK, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações – FIPECAFI**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos de. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o Nível de Graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRECO, Alvíso; AREND, Lauro; GÄRTNER, Günther. **Contabilidade: teoria e prática básicas**. São Paulo: Saraiva, 2007.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade ambiental como sistema de informações. In: **Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ano III, n° 09, p.19-26, ago/out.2000. Disponível em: <<http://www.universoambiental.com.br>> Acesso em 21 de março de 2010.

LUCATELLI, Mário Eduardo; MUNIZ, Natiara Penalva. **Relatório de pesquisa I: observatório de desempenho socioambiental**. Rio de Janeiro: FACC. 2004.

MAIOR, Gustavo Souto. **Contabilidade ambiental**. Disponível em <<http://www.suspiros.com.ecologia>> Acesso em 21 de março de 2010.

MARIANO, J. B.. **Impactos ambientais do refino de petróleo**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 11. ed.. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos; COSTA, Rodrigo Simão da. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. In: **Revista Contabilidade e Finanças, FIPECAFI – FEA – USP**, São Paulo, FIPECAFI, n.º 43, p. 20, 33 jan/abr 2007.

MEIO Ambiente e Sociedade. **O crescimento de nossa empresa está diretamente relacionado ao respeito pelo meio ambiente e ao compromisso com a sociedade.** 2010. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/meio-ambiente-e-sociedade/>. Acesso em: 19/10/2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional.** São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, M. C.; RIBEIRO, M. S. Análise da evolução de informações econômico-financeiras de natureza ambiental: o estudo do caso Petrobrás. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2003, 10, Guarapari-ES. **Anais...**Guarapari, 2003.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção.** 1 ed. 2 impr. São Paulo: Atlas, 2006.

PERFIL **Institucional.** Disponível:<http://www.manguinhosrefinaria.com.br/> . Acesso em: 18/10/2010.

PETROBRAS É AMAIOR COMPANHIA DE PETROLEO DA AMERICA LATINA. Disponível em:(<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=1004287&tit=Petrobras-e-a-maior-cia-em-vendas-da-AL>) acesso em 29 de maio de 2010.

RIBEIRO, Maisa de Souza, GRATÃO, Ângela Denise. Custos ambientais – o caso das empresas distribuidoras de combustíveis. **Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Custos**, recife – PE – 28/07 a 04/08/00. Disponível em: <<http://www.universoambiental.com.br>> Acesso em 21 de março de 2010.

RIBEIRO, Maisa de Souza, MARTINS, Eliseu. **Ações das empresas para a preservação do meio ambiente.** Boletim nº 415 da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, 28/09/98, p. 3-4.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2005.

ROMEIRO, A. R.. **Avaliação e contabilização de impactos ambientais.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. O.. **Indústria do petróleo “off-shore”e seus impactos ambientais: o caso da Bacia de Campos.** Dissertação de Mestrado em Planejamento Energético ,COPPE, UFRJ, 1995.

SCHENINI, Pedro Carlos; RENSI, Francini; CARDOSO, André Coimbra Felix. Responsabilidade Social Corporativa: Balanço Social. In: SCHENINI, Pedro Carlos. **Gestão Empresarial Sócio Ambiental.** Florianópolis: [s.n.], 2005.

SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 2009. Disponível em: <http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>. 3. Ed. rev. Atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p. Acesso em: 08 e 09 de Maio 2010.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Eduardo. **Contabilidade básica.** São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Ademir Brandão. **Gestão ambiental na indústria: uma avaliação do comportamento dos setores químico e petroquímico com relação aos passivos ambientais e os problemas causados em torno da Baía de Guanabara.** [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2001.

SUSTENTABILIDADE. Semana do Meio Ambiente. 2010. Disponível em: [http://www.mzweb.com.br/brasilecodiesel/web/default\\_pti.asp?idioma=0&conta=45](http://www.mzweb.com.br/brasilecodiesel/web/default_pti.asp?idioma=0&conta=45). Acesso em: 21/10/2010.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** 1 ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio, KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade Ambiental: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente.** São Paulo: Pioneira, 1995.



## ANEXOS

### MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Petrobras venceu o instável ano de 2009 com sólidos resultados operacionais e financeiros. A consolidação das descobertas de petróleo e gás na camada Pré-Sal do litoral brasileiro aliada à bem sucedida captação de recursos possibilitaram a manutenção das ambiciosas metas de produção. A despeito da desaceleração econômica mundial, apostamos na recuperação dos preços do petróleo, o que se confirmou ao longo do ano. Intensificamos os investimentos e o ritmo de nossas atividades. Essa aposta revelou-se acertada, e nos permitiu sustentar, sem interrupção, a estratégia corporativa de expansão dos negócios de forma integrada, com rentabilidade, e conforme os padrões de responsabilidade social e ambiental.

em escala experimental.

### Responsabilidade Social e Ambiental - 2007

#### Política de Responsabilidade Social e Ambiental

O ano de 2007 foi marcante para a Petrobras no campo da Responsabilidade Social e Ambiental. Importantes avanços foram registrados, e se refletirão na gestão da Companhia e no relacionamento com os seus públicos de interesse. Sempre buscando alinhar suas atividades e iniciativas aos dez princípios do Pacto Global da ONU, a Petrobras desenvolveu diversos projetos que demonstram o seu comprometimento com a redução das desigualdades sociais e a minimização dos impactos ambientais.

Em 2007, a Responsabilidade Social tornou-se uma função corporativa na revisão do Plano Estratégico 2020, com desafios de gestão específicos nesse tema. Entre os atributos da Visão 2020 estão o compromisso com o desenvolvimento sustentável e o reconhecimento da Companhia como referência em responsabilidade social e ambiental. Além disso, também foi criado o Desafio 2020: "Ser referência internacional em responsabilidade social na gestão dos negócios, contribuindo para o desenvolvimento sustentável."

Com o mesmo objetivo foi criada a Política de Responsabilidade Social do Sistema Petrobras. Dessa forma, a Companhia passou a centralizar diretrizes específicas nas áreas de gestão integrada, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, diversidade, trabalho decente, investimento social sustentável e compromisso da força de trabalho.

Associada a essa Política, também foi criado o conceito de Responsabilidade Social da Petrobras, que é: "a forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades e das suas relações com todos os públicos de interesse, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo a discriminação, o trabalho degradante, o trabalho infantil e escravo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social".

Um dos importantes resultados obtidos foi a renovação da participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa e no Dow Jones Sustainability Index, os mais importantes indicadores de sustentabilidade corporativa do Brasil e do mundo.

#### Política de Responsabilidade Social

##### 1. Atuação Corporativa

Assegurar que a governança corporativa do Sistema Petrobras esteja comprometida com a ética e transparência na relação com as partes interessadas.

## 2. Gestão Integrada

Garantir uma gestão integrada em Responsabilidade Social no Sistema Petrobras.

## 3. Desenvolvimento Sustentável

Conduzir os negócios e atividades do Sistema Petrobras com responsabilidade social, implantando seus compromissos de acordo com os princípios do Pacto Global da ONU e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

## 4. Direitos Humanos

Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente, pautando as ações do Sistema Petrobras a partir da promoção dos princípios do trabalho decente e da não discriminação.

## 5. Diversidade

Respeitar a diversidade humana e cultural de sua força de trabalho e dos países onde atua.

## 6. Princípios de Trabalho

Apoiar a erradicação do trabalho infantil, escravo e degradante na cadeia produtiva do Sistema Petrobras.

## 7. Investimento Social Sustentável

Buscar a sustentabilidade dos investimentos sociais para uma inserção digna e produtiva.

## 8. Compromisso da Força de Trabalho

Comprometer a força de trabalho com a Política de Responsabilidade Social do Sistema Petrobras.

## **Representações e Reconhecimentos Internacionais**

A Petrobras participou ativamente dos principais fóruns internacionais sobre questões ligadas à responsabilidade social e ambiental, como as reuniões do Conselho do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e o 2º Encontro de Líderes, realizado em Genebra, Suíça. Marcou presença também nos debates da International Organization for Standardization (ISO), em Sydney e Viena, para elaboração da ISO 26000, norma internacional de responsabilidade social que será lançada em 2010.

Fortalecendo sua liderança na área internacional, a Companhia foi eleita para o Stakeholder Council (Conselho de Partes Interessadas) da Global Reporting Initiative (GRI), que fornece diretrizes globais para a elaboração de relatórios de sustentabilidade.

Além disso, a GRI concedeu ao Balanço Social e Ambiental 2006 da Petrobras o selo A+, nível máximo de qualidade dos relatórios avaliados pela instituição. O Relatório foi qualificado também pelo segundo ano consecutivo como "notável" pelo Pacto Global da ONU.

## **Meio ambiente e sustentabilidade - 2009**

Com relação ao sequestro de carbono, a Petrobras começou, em 2009, os testes de injeção de CO<sub>2</sub> em alta pressão, no campo terrestre de Miranga, em Pojuca/BA. Correntes de CO<sub>2</sub> deixarão de ser emitidas na atmosfera e serão injetadas nos poços, para aumentar o fator de recuperação de petróleo. Nesse processo serão testadas tecnologias de separação, captura e armazenamento de

A Petrobras decidiu, ainda, unir a gestão das atividades relacionadas às mudanças climáticas e à eficiência energética, de modo a aproveitar a sinergia entre as áreas e potencializar os resultados de suas ações.

## NOTAS EXPLICATIVAS 2009 E 2008

### **1.1 Balanço social**

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Algumas informações foram obtidas por meio de registros auxiliares e informações gerenciais da Companhia.

## 2 Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações contábeis da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e das seguintes empresas subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e sociedades de propósito específicos (SPE):

	Participação no capital - %			
	2009		2008	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
<b>Subsidiárias e controladas</b>				
Petrobras Química S.A. - Petroquisa e suas controladas (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Distribuidora S.A. - BR e suas controladas (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Services Company - Brasoil e suas controladas (i)	100,00	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Company - BOC e suas controladas (i)	99,99	99,99	99,99	99,99
Petrobras International Braspetro B.V. - PIBBV e suas controladas (i) (v) (vi)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN (vii)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro e sua controlada (v) (ix)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e suas controladas (v)	99,99	99,99	99,97	99,99
Petrobras International Finance Company - PifCo e suas controladas (i)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e sua controlada	100,00	100,00	100,00	100,00
Down stream Participações Ltda. e sua controlada	99,99	99,99	99,99	99,99
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV e suas controladas (i) (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
FAFEN Energia S.A. e sua controlada	100,00	100,00	100,00	100,00
5283 Participações Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Baixada Santista Energia Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	100,00	100,00	100,00	100,00
Termorio S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termoceará Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termomacaré Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termomacaré Comercializadora de Energia Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	99,00	99,00	99,00	99,00
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termobahia S.A.	98,85	98,85	98,85	98,85
Petrobras Biocombustível S.A. (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
Refinaria Abreu e Lima S.A. (viii)	100,00	100,00	100,00	100,00
Cordoba Financial Services GmbH - CFS e sua controlada (i)	100,00	100,00	100,00	100,00
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. - CLEP	100,00	100,00		
Marlim Participações S.A. e sua controlada	100,00	100,00		
NovaMarlim Participações S.A. e sua controlada	43,43	43,43		
Comperj Participações S.A.	100,00	100,00		
Comperj Petroquímicos Básicos S.A.	100,00	100,00		
Comperj PET S.A.	100,00	100,00		
Comperj Estirênicos S.A.	100,00	100,00		
Comperj MEG S.A.	100,00	100,00		
Comperj Poliolefinas S.A.	100,00	100,00		
Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda (x)			100,00	100,00
Ipiranga Asfalto S.A.(x)			100,00	100,00
<b>Controladas em conjunto</b>				
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (ii)	10,00	10,00	10,00	10,00
GNL do Nordeste Ltda. (ii)	50,00	50,00	50,00	50,00
Ibiriterno S.A. (iii)	50,00	50,00	50,00	50,00
Termoçu S.A. (ii)	76,87	76,87	74,80	74,80
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PC BIOS (ii)	50,00	50,00	50,00	50,00
PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A. (ii)	33,33	33,33	33,33	33,33
Brentech Energia S.A. (ii)	30,00	30,00	30,00	30,00
Brasil PCH S.A. (ii)	42,33	42,33	42,33	42,33
Brasympe Energia S.A. (ii)	20,00	20,00	20,00	20,00
Breitener Energética S.A. (ii)	30,00	30,00	30,00	30,00
Cia Energética Manauara S.A. (ii)	40,00	40,00	40,00	40,00
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (ii)	33,20	33,20		
<b>Sociedades de Propósito Específico - SPE (iv)</b>				
Albacora Japão Petróleo Ltda.				
Barracuda & Caratinga Leasing Company B.V. (i)				
Cayman Cabiunas Investment CO. (i)				
Charter Development LLC - CDC (i)				
Codajas Coari Participações Ltda.				
Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI				
Companhia de Recuperação Secundária S.A. - CRSEC				
Gasene Participações Ltda.				
Manaus Geração Termelétrica Participações Ltda.				
Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN				
Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS				
PDET Offshore S.A.				
Companhia Mexilhão do Brasil				

CO<sub>2</sub>, que poderão contribuir para futuros projetos ligados ao desenvolvimento do Pré-Sal na Bacia de Santos.

## **ESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

### **Gestão em Responsabilidade Social - 2009**

A responsabilidade social e ambiental é um dos pilares da estratégia corporativa da Petrobras, ao lado da rentabilidade e do crescimento, e orienta o relacionamento com seus públicos de interesse. A companhia atua com base nos dez princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), do qual é signatária desde 2003.

Em 2009, a Petrobras aprovou os Requisitos para a Gestão da Responsabilidade Social e Ambiental. Desenvolveu também um Plano de Ação para a Autodeclaração de Conformidade com esses requisitos, iniciativa pioneira que será implementada a partir de 2010.

A Petrobras é signatária e faz parte da Associação Regional de Companhias de Petróleo e Gás da América Latina e do Caribe (Arpel), na Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa (EITI), na Iniciativa de Parceria Contra a Corrupção (PACI) e no Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD).

Em 2009, a companhia passou a integrar o grupo de trabalho que está elaborando o suplemento setorial da Global Reporting Initiative (GRI), com indicadores específicos para o setor de óleo, gás e energia. Esse grupo é composto por grandes empresas internacionais do setor, sindicatos, investidores e representantes da sociedade civil, como organizações não governamentais ligadas às questões sociais, às ambientais e aos direitos indígenas.

A Petrobras participa do processo de elaboração da ISO 26000, futura norma internacional de responsabilidade social, e é parceira da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no fomento da discussão dessa norma perante a sociedade brasileira.

Foram divulgados, em 2009, os resultados do Censo para a Diversidade Petrobras. O questionário foi elaborado de acordo com os padrões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e respondido por 31.745 pessoas, o equivalente a 61,39% dos empregados da Petrobras controladora. Essa participação, voluntária e autodeclaratória, serviu para o mapeamento da diversidade humana e cultural dos empregados.

Pelo quarto ano consecutivo, a Petrobras integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, o mais importante índice mundial de sua categoria, utilizado como parâmetro de referência para análise dos investidores social e ambientalmente responsáveis.

### **Segurança, Meio Ambiente e Saúde**

A Petrobras investiu R\$ 4,5 bilhões em ações voltadas para Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), em 2009.

O projeto Excelência em SMS – que integra a Agenda Estratégica da Petrobras e congrega as principais iniciativas da companhia na área – foi revisado para atender ao expressivo crescimento e à diversificação dos negócios nos próximos anos.

A mudança global do clima foi objeto de grande atenção e mobilização na Petrobras, em 2009. Além de se engajar nos principais fóruns de discussão e negociação do assunto no País e no exterior, a companhia fez uma revisão do Projeto Estratégico Mudança Climática, que reúne as principais ações corporativas na área.

- (i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.
- (ii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas na proporção das participações no capital social.
- (iii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas integralmente, cujas atividades são controladas pela Petrobras de acordo com a Instrução CVM nº 408/2004.
- (iv) Sociedades de Propósito Específico - SPE, que na essência de sua relação com a Petrobras, indicam que suas atividades operacionais são controladas, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, pela Companhia, são consolidadas conforme determina a Instrução CVM nº 408/2004.
- (v) Empresas com participação em controladas em conjunto.
- (vi) Participação de 20,13% da 5283 Participações Ltda.
- (vii) Participação de 0,09% da Petrobras Gás S. A. – Gaspetro.
- (viii) Participação de 0,01% da Downstream.
- (ix) Participação de 0,05% da Downstream.
- (x) Empresas aportadas em 2009 na Petrobras Distribuidora.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital e reservas mantidas entre elas;
- dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e não-circulante que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

O deságio não alocado é apresentado no Consolidado, como receita diferida no passivo não circulante.

A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício consolidado com os correspondentes patrimônio líquido e lucro líquido do exercício da Controladora, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, é demonstrada como segue:

	R\$ mil			
	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2009	2008	2009	2008
Conforme demonstrações contábeis consolidadas	159.464.599	138.365.282	28.981.708	32.987.792
Lucro na venda de produtos em estoques em Subsidiárias e controladas, líquido de impostos	536.787	659.645	536.787	659.645
Reversão de lucros nos estoques de exercícios anteriores			(659.645)	(685.996)
Juros capitalizados	142.775	460.139	(35.892)	(38.188)
Absorção de passivo a descoberto de controlada (*)	3.584.428	4.160.318	526.843	3.507.491
Outras eliminações	150.462	405.755	(36.383)	38.805
Conforme demonstrações contábeis da controladora	<u>163.879.051</u>	<u>144.051.139</u>	<u>29.313.418</u>	<u>36.469.549</u>

- (\*) De acordo com a Instrução CVM nº 247/96, as perdas que forem consideradas de natureza não permanentes (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentem sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora. Portanto, os passivos a descoberto (patrimônio líquido negativo) de determinadas controladas não influenciaram o resultado e o patrimônio da Petrobras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, gerando item de conciliação entre as demonstrações contábeis da Controladora e as demonstrações contábeis consolidadas.

## NOTAS EXPLICATIVAS 2005 – 2006 E 2009

### *a. Balanço social*

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e foi elaborado de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.003.

As informações apresentadas foram obtidas através dos registros auxiliares e de determinadas informações gerenciais da Companhia, subsidiárias e suas controladas.

### *b. Deliberação CVM nº 488*

Convergindo com as práticas contábeis internacionais, a Deliberação CVM nº 488 aprovou o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 que estabelece novos padrões de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis.

Conforme o referido pronunciamento, o ativo deve ser classificado em "Circulante" e "Não Circulante" sendo este último desdobrado em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível e diferido. O passivo deve ser classificado em "Circulante" e "Não Circulante".

Conforme estabelecido na referida Deliberação os saldos do Balanço Patrimonial de 2005 foram reclassificados para permitir a comparabilidade.

## **1 Princípios de consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações contábeis da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS e das seguintes empresas subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e sociedades de propósito específicos:

Participação no capital - %	
2006	2005
Subscrit	Subscrit
o e	o e

	integrali zado	Votan te	integraliz ado	Votan te
<b>Subsidiárias e controladas</b>				
PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA e suas controladas (v)	100,00	100,00	99,00	99,99
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR e suas controladas (v)	100,00	100,00	100,00	0
BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL e suas controladas (i)	100,00	100,00	99,99	99,99
BRASPETRO OIL COMPANY - BOC e sua controlada (i)	99,99	99,99	99,99	99,99
PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB e suas controladas (i) (v) (vii)	100,00	100,00	100,00	0
PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL	99,00	99,00	99,00	99,00
PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. - E-PETRO e sua controlada (v)	99,95	99,95	99,95	99,95
PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO e suas controladas (v)	99,94	99,94	99,94	99,94
PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCo e suas controladas (i)	100,00	100,00	100,00	0
PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO e sua controlada	100,00	100,00	100,00	0
DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES LTDA. e sua controlada	99,99	99,99	99,99	99,99
PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV e suas controladas(i)	100,00	100,00	100,00	0
UTE NOVA PIRATININGA LTDA.	99,00	99,00	99,00	99,00
FAFEN ENERGIA S.A.	100,00	100,00	100,00	0
5283 PARTICIPAÇÕES LTDA.	100,00	100,00	100,00	0
BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA.	100,00	100,00	100,00	0
SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA. - SFE	100,00	100,00	100,00	0
TERMORIO S.A.	100,00	100,00	100,00	0
TERMOCEARÁ LTDA.	100,00	100,00	100,00	0
TERMOMACAÉ LTDA (vi)	100,00	100,00		
TERMOMACAÉ COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA LTDA (vi)	100,00	100,00		
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO RB LOGISTICA - FII (vi)	98,96	98,96		
<b>Controladas em conjunto (ii)</b>				
TERMOGAÚCHA USINAS TERMOELÉTRICAS S.A.			25,00	25,00
TERMOSERGIPE S.A.			20,00	20,00
USINA TERMOELÉTRICA NORTE FLUMINENSE S.A.	10,00	10,00	10,00	10,00
GNL DO NORDESTE LTDA.	50,00	50,00	50,00	50,00
COMPANHIA MEGA S.A. (i)			34,00	34,00
TERMOBAHIA S.A.(iii)	31,00	31,00	29,00	29,00
IBIRITERMO S.A. (iii)	50,00	50,00	50,00	50,00



	Participação no capital - %			
	2006		2005	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
<b>Subsidiárias e controladas</b>				
TERMOAÇU S.A.	62,43	62,43	33,90	33,90

**Sociedades de Propósito Específico - SPE (iv)**

ALBACORA JAPÃO PETRÓLEO LTDA.  
 BARRACUDA & CARATINGA LEASING COMPANY B.V. (i)  
 BLADE SECURITIES LIMITED (i)  
 CAYMAN CABIUNAS INVESTMENT CO. (i)  
 CHARTER DEVELOPMENT LLC - CDC (i)  
 CODAJAS COARI PARTICIPAÇÕES LTDA.  
 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DE PLANTAS INDUSTRIAIS - CDMPI  
 COMPANHIA LOCADORA DE EQUIPAMENTOS PETROLÍFEROS S.A. - CLEP  
 COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
 COMPANHIA DE RECUPERAÇÃO SECUNDÁRIA S.A.  
 EVM LEASING CORPORATION (i)  
 GASENE PARTICIPAÇÕES LTDA.  
 MANAUS GERAÇÃO TERMELETRICA PARTICIPAÇÕES LTDA.  
 NOVA MARLIM PETRÓLEO S.A.  
 NOVA TRANSPORTADORA DO NORDESTE S.A.  
 NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A.  
 PDET OFFSHORE S.A.  
 COMPANHIA MEXILHÃO DO BRASIL

- (xi) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda do país de origem.
- (xii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas na proporção das participações no capital social.
- (xiii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas integralmente, cujas atividades são controladas pela PETROBRAS de acordo com a Instrução CVM nº 408/2004.
- (xiv) Sociedades de Propósito Específico - SPE, que na essência de sua relação com a PETROBRAS, indicam que suas atividades operacionais são controladas, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, pela Companhia, são consolidadas conforme determina a Instrução CVM nº 408/2004.
- (xv) Empresas com participação em controladas em conjunto.
- (xvi) Empresas consolidadas em 2005 como SPE TERMOMACAÉ Ltda e TERMOMACAÉ Comercialização de Energia Ltda sob a denominação de Consórcio Macaé Merchant (El Paso Rio Claro Ltda. e El Paso Rio Grande Ltda).
- (xvii) Participação de 20,13% da 5283 Participações Ltda.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital e reservas mantidas entre elas;
- dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e não-circulante que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

O deságio não alocado é apresentado, no Consolidado, como resultado de exercícios futuros.

A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidado com os correspondentes patrimônio líquido e lucro líquido da Controladora, em 31 de dezembro de 2006 e 2005, é demonstrada como segue:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2006	2005	2006	2005
Conforme demonstrações contábeis consolidadas publicadas	97.530.648	78.785.236	25.918.920	23.724.723
Lucro na venda de produtos em estoques em Subsidiárias e controladas, líquido de impostos	362.394	301.770	362.394	301.770
Reversão de lucros nos estoques de exercícios anteriores			(326.104)	(186.281)
Juros capitalizados	789.543	604.191	231.557	167.676
Absorção (reversão parcial) de passivo a descoberto de controlada (*)	18.623	254.635	(239.373)	(294.885)
Outras eliminações	681.126	757.434	115.779	(262.921)
Conforme demonstrações contábeis da controladora	<u>99.382.334</u>	<u>80.703.266</u>	<u>26.063.173</u>	<u>23.450.082</u>

(\*) De acordo com a Instrução CVM nº 247/96, as perdas que forem consideradas de natureza não permanentes (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da

equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentem sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora. Portanto, os passivos a descoberto (patrimônio líquido negativo) de determinadas controladas não influenciaram o resultado e o patrimônio da PETROBRAS nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, gerando item de conciliação entre as demonstrações contábeis da Controladora e as demonstrações contábeis consolidadas.